

NO LUGAR DA LEITURA
BIBLIOTECA E FORMAÇÃO



NO LUGAR DA LEITURA
BIBLIOTECA E FORMAÇÃO

LUIZ PERCIVAL LEME BRITTO

2016

Movimento por um Brasil literário

REALIZAÇÃO Movimento por um Brasil literário
Projeto Edições Brasil literário

APOIO PARA REALIZAÇÃO Fundação SM

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Juliana Blanco

REVISÃO DOS TEXTOS Dulce Maria Fernandes Carvalho
Sílvia Parmegiani

AGRADECIMENTOS Luiz Percival Leme Britto – cessão do texto para MBL
Fundação SM – apoio para realização do livro
Glaucia Mollo – ficha catalográfica
Sílvia Negreiros – logotipo Edições Brasil literário para MBL

B862n

Britto, Luiz Percival Leme, 1957-

No lugar da leitura - biblioteca e formação [recurso eletrônico] / Luiz Percival Leme Britto; Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2015.

Recurso digital.

ISBN 978-85-69889-00-7 (recurso eletrônico)

1. Biblioteca 2. Formação de Leitor 3. Livro e Leitura I. Título

CDD 027.4



EXPEDIENTE

MOVIMENTO POR UM BRASIL LITERÁRIO

Associados Fundadores

Alexandre de Oliveira Pimentel
Áurea Maria Alencar Rodrigues de Oliveira
Christine Baena Castilho Fontelles
Cláudia Sueli Rodrigues Santa Rosa
Elizabeth D'Angelo Serra
Fabíola Ribeiro Farias
Gabriela Dutra Gibrail
Luiz Antonio Farah de Aguiar
Luiz Percival Leme Britto
Maria Aparecida Arias Fernandez
Maria Carolina Trevisan
Maria das Graças Monteiro Castro
Ninfa de Freitas Parreiras
Nisia Maria Duarte Furquim Werneck
Patrícia Sales Vianna
Regina Zilberman
Rosa Maria Filgueiras Vieira

Conselho Consultivo (fev./2016)

Nilma Lacerda
Silvia Castrillón

Conselho Deliberativo – Gestão 2016

Áurea Maria Alencar Rodrigues de Oliveira
Christine Baena Castilho Fontelles
Elizabeth D'Angelo Serra – Presidente
Fabíola Ribeiro Farias
Luiz Percival Leme Britto
Maria Aparecida Arias Fernandez
Maria das Graças Monteiro Castro
Ninfa de Freitas Parreiras
Regina Zilberman

Conselho Fiscal – Gestão 2016

Gabriela Dutra Gibrail
Nisia Maria Duarte Furquim Werneck
Rosa Maria Filgueiras Vieira

Equipe – Gestão 2016

Liane Muniz – Secretária Executiva
Andressa Pellanda – Assessora de Comunicação
Edenize Freitas – Apoio Administrativo/Financeiro
Assessoria Contábil e Fiscal – Importa Contabilidade
Assessoria Jurídica – Szazi Bechara Storto Advogados

movimento por um Brasil literário

m **B** *rasil*
lit

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO — ELIZABETH SERRA	11
PREFÁCIO	17
1. A LEITURA E SUA PROMOÇÃO	23
2. A BIBLIOTECA E A CULTURA DIGITAL: QUE DIÁLOGO É ESSE?	47
3. O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	59
4. A BIBLIOTECA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DO LEITOR	67
AUTOR	85
BARTOLOMEU CAMPOS DE QUEIRÓS EM MANIFESTO POR UM BRASIL LITERÁRIO	87
MANIFESTO POR UM BRASIL LITERÁRIO	91

APRESENTAÇÃO

ELIZABETH SERRA

Ao receber o convite de Luiz Percival para fazer a apresentação deste primeiro livro do Movimento por um Brasil literário (MBL) de sua autoria, tive primeiro uma surpresa. Acompanhei sua disponibilidade para doar os textos para publicação, mas não esperava que me pedisse para apresentá-lo. Em seguida, veio-me a preocupação de dar conta de comentar seus textos como acho que merecem ser comentados, por suas qualidades na forma e no conteúdo.

Como tenho manifestado em reuniões e palestras, Percival é, para mim, um dos pesquisadores brasileiros que melhor refletem sobre a leitura, na escola e na sociedade, ressaltando a importância da literatura para a vida de qualquer pessoa. À luz das teorias contemporâneas, ele nos apresenta suas ideias para compreender matéria tão complexa, apesar de o senso comum as considerar óbvias, deixando-nos o espaço livre para pensar e agir. Não são caminhos fáceis os que nos aponta, já que exigem esforço intelectual. Fazem parar e pensar, deixando de lado explicações simplistas e sedutoras, típicas da sociedade do espetáculo em que vivemos. E, o principal, tiram-nos da zona de conforto, levando-nos a questionar o que está posto como verdade, motivando-nos a querer mudar o sentido de nossas ações, indagando-nos sobre nossa responsabilidade nos espaços em que atuamos, como profissionais da educação e da cultura.

A emoção, aquela que vem de repente e nos faz lembrar de coisas há muito guardadas, chegou junto com a surpresa e a preocupação para escrever esta apresentação. Com ela, chegou a alegria com o presente de seus textos, presente que se materializa como a primeira publicação do MBL. Nesse movimento vem a saudade da doçura de Bartolomeu Campos de Queirós, que dizia da dor sem perder os focos na beleza e na esperança, e a lembrança dos que

atenderam ao convite de Áurea Alencar, lá em 2009, para se unirem em torno da utopia de sonhar um país literário, ideia brilhantemente sintetizada por Bartolomeu no final do manifesto do MBL e que se tornou nosso lema: Se é um projeto literário é também uma ação política por sonhar um País mais digno.

Publicar este livro é, para o MBL, avançar mais um degrau da longa escada que nos propusemos a subir. E divulgar o pensamento e a reflexão de quem acredita na utopia de que é possível unir esforços para construir um Brasil em que também a leitura da escrita literária, valorizada e desejada, esteja presente, é mais que estimulante.

Assim, aceitei o convite que, em confiança, Percival me fez. Conheço-o há mais de vinte anos e com ele partilho ideias, sonhos, preocupações e trabalhos; é um mestre para mim, apesar de mais moço do que eu. Não tendo a vivência acadêmica, que tanto admiro nele, me questiono como apresentá-lo. Escolho a estratégia que posso, a que me fala, de uma só vez, ao coração e ao pensamento.

Além da nossa cumplicidade na defesa do que acreditamos que seja ser leitor, conseguimos uma amizade e, em meio às divergências, que, em vez de nos distanciar, fortalecem o olhar crítico em relação ao mundo e à realidade para buscar caminhos de liberdade e de respeito ao outro. Vivemos a diferença na prática do debate de ideias como enriquecimento do nosso fazer. Não temos medo. Temos confiança e nos compreendemos como seres humanos, tendo a ética e a estética como ponto de partida e de chegada. Humildade, transparência, generosidade e compromisso de partilhar conhecimento e objetivos são qualidades que Percival me/nos ensina com seus atos.

O leitor estará perguntando qual a relevância de referências de caráter pessoal na apresentação de um livro de reflexões teóricas. O trabalho intelectual, em seus variados aspectos, desenvolvido com estudo e determinação, exposto em textos competentes, se perpetua pela escrita para além da vida. Mas conhecer esse intelectual pessoalmente é um privilégio que merece ser partilhado mesmo neste contexto mais formal.

Por isso, ao apresentar este livro, ressalto suas qualidades pessoais que aprendi a respeitar: seu temperamento forte e sua maneira radical de se fazer presente – radical, no sentido de ir à raiz das coisas – determinam seu lado polêmico e expressam sua capacidade de análise, mas também sua afetividade, igualmente importante, para questionar a realidade. Com base em leituras que fundamentam suas críticas, no trabalho para apresentá-las de forma a serem compreendidas para além da academia, as características pessoais são, portanto, um valor. Com o compromisso de confrontar as barreiras ao conhecimento, apresenta a complexidade do objeto de seu estudo para quem está na sala de aula, na biblioteca ou mesmo para quem, como eu, está na posição de, prioritariamente, viver a prática.

Percival trata a leitura, a formação do leitor em diálogo com a arte, com a história, com a filosofia, com a política, apresentando a biblioteca para além do óbvio. Isso só é possível para quem, como ele, é estudioso determinado a ir atrás do que o inquieta, acompanhado do rigor científico, estabelecendo as relações teóricas além do visível. Afastando-se das aparências, mas considerando-as, debruça-se, intensamente, na busca da essência das coisas, desvelando o que não é fácil de observar à primeira vista, apreendida na leitura de tantos outros pensadores dos quais se alimenta e aos quais faz referências, motivando-nos a ir às fontes que o inspiram.

Diante de posturas sectárias ou elitistas, que distanciam a teoria da prática, Percival faz questão de registrar, logo no prefácio, seu movimento de diálogo e de escuta, citando quem contribuiu para que mudasse seu ponto de vista no que tange à importância das bibliotecas na formação de leitores e apontando novos olhares sobre ela, enriquecendo quem o fez mudar numa rica relação dialética do ser político. Ao ouvir a opinião de outras pessoas sobre a importância da biblioteca, demonstra, além de humildade, a recusa a posições inquestionáveis, reforçando o compromisso com estranhar, duvidar e repensar.

Os quatro artigos que Percival reuniu neste livro, resultado de palestras que apresentou em ocasiões diferentes, no Brasil e na Colômbia, sobre as leituras que se dão em bibliotecas, são contribuições na perspectiva de uma prática que, ao se renovar, resgata e valoriza práticas desprezadas por modismos ocasionais. Por exemplo, ao retomar o valor do silêncio como necessário para a reflexão, procura compreender a função social da biblioteca no contexto em que vivemos com as conquistas da comunicação trazidas pela internet.

Como presidente do Conselho Deliberativo do Movimento por um Brasil literário, agradeço imensamente ao brilhante professor Luiz Percival Britto, não só por dispor de seu conhecimento de forma generosa, mas também por seu envolvimento e compromisso com os ideais do Movimento, **desejando que este gesto que dá início às publicações do MBL motive outros** pensadores, igualmente importantes, a fazer o mesmo, disponibilizando suas reflexões sobre a formação crítica e humanista necessária para valorizar, atuar e defender o direito à cultura escrita de forma original e criadora.

PREFÁCIO

Este livro traz quatro textos que, de forma mais ou menos direta, dissertam sobre leitura e biblioteca. Todos são fruto de intervenções a que fui chamado a realizar em diferentes fóruns de discussão sobre o tema. Refletem, para além de minhas percepções e concepções de leitura e formação, a aprendizagem que tive pela convivência com pessoas de pensamento agudo e extremamente comprometidas com a defesa e a promoção do direito de ler, especialmente Elizabeth Serra, Silvia Castrillón, Christine Fontelles, Gláucia Mollo e Fabíola Farias. Em mais de uma ocasião, quando intervinha em algum seminário, às vezes contundentemente, contra o que me parece ser uma banalização do debate, tive nelas uma interlocução capaz de fazer-me ver a atualidade e a necessidade da biblioteca como possibilidade objetiva de produção e disseminação da cultura e do conhecimento, de formação intelectual e política, de experimentação estética e afirmação subjetiva.

Mas essa possibilidade, ressalte-se, implica a radical e intransigente crítica tanto ao pragmatismo ideológico que, compreendendo a promoção da leitura como adequação ao padrão produtivo, ao mundo da eficiência e da competitividade, trata de medi-la e justificá-la em termos de retorno de investimento, de valor agregado, de ordem estabelecida, quanto ao idealismo ingênuo que, crendo que as consciências se formam simplesmente pelo estímulo à livre leitura de textos cativantes, quer promover leitura como quem faz caridade ou propala sonhos.

Afirmar o valor e a necessidade da oferta pública e ampla de livros é obviedade e resulta do trivial reconhecimento de que o alfabetismo é condição de inserção na ordem social contemporânea, e que saber e poder interagir com desenvoltura a diversidade de objetos culturais que se oferecem por meio da escrita qualifica a pessoa profissional e politicamente.

Também é obviedade a afirmação de que a leitura, destacadamente a literária, é fonte ímpar de experiência estética, de expansão libidinosa e de afirmação subjetiva, e isso de uma maneira em certa medida distinta das muitas outras formas de interação com a cultura e com a arte.

Contudo, submetida à pedagogia da eficiência ou subsumida à indústria do entretenimento – reduzida, portanto, aos ditames do cálculo da produtividade e da adequação –, a leitura perde sua força criativa e heurística. Produto humano, ela sintetiza o esforço dos homens de, em sua vida cotidiana, em seus conflitos e interesses, produzir a própria existência: saber e poder ler é saber e poder dar conta desse processo, de suas causas, formas, consequências; é saber e poder indagar para além das aparências e reagir para além de estímulos.

Devo dizer que, assim como me incomoda isso de ficar propalando a ideia de que para ler basta querer, que ler é gostoso, divertido, instrutivo, incomoda-me a ideia de biblioteca em que se prevalece o gesto fácil, fruto do simples querer ler, o lugar de qualquer tempo e de aprendizagem automática pelo simples contágio. Conformado pelas formas de ser da cultura e da história, o sentido da leitura, assim como o sentido da arte, da ciência e da filosofia, não lhe é intrínseco nem brota de boas vontades: ele se põe pelo incômodo de existir que se insinua na gente, pela desordem do mundo, pelas tensões do tempo, pela miudeza de ser.

A biblioteca, percebida como lugar de encontro da gente com arte, com ciência, filosofia, história, lugar social, político, não é, de modo nenhum, um lugar neutro. É um lugar incomum, lugar que seleciona e exige, que pressupõe uma pessoa capaz de operar com discursos complexos e distante das formas e saberes aprendidos na vida prática; disposta a deixar-se estar sem tanta pressa, a compenetrar-se, a experimentar-se o silêncio. Há muitos lugares ruidosos

e divertidos em que se pode estar para entreter-se, lugares de alegre dispersão e riso, em que a pessoa se despreocupa, brinca e esquece. É bom que haja também algum lugar em que se possa pensar, imaginar, indagar vagorosamente os modos do mundo, da vida, da gente.

E ser reflexivo é gesto que se aprende. Por isso mesmo, a biblioteca demanda formação permanente e deve ter como princípio formar o leitor, contribuindo para a contínua superação de seus limites. Sua medida de valor está, não no tamanho de seu acervo, na quantidade de atendimentos, na diversidade de promoções ou na modernidade dos recursos – mesmo que tudo isso seja desejável –, mas no quanto contribui para o adensamento da cultura, da disseminação do conhecimento e a afirmação da consciência individual e coletiva – enfim, para a formação do leitor.

Não se infira do que disse acima nenhum gosto nostálgico ou fixação em momento outro da história. Nada de construções vetustas, emadeiradas, revestidas de estantes sobre estantes; isso é a ordem de um outrora. A biblioteca moderna quer ser dinâmica, flexível, integrada, informatizada, conectada; quer ser democrática e assistir gente de toda estirpe; quer estar disponível e acessível. E, sendo diversas as possibilidades de leitura e diversos os públicos, ela se estruturará de forma a dar conta dessa diversidade, respeitando os tempos e dinâmicas de cada um e desdobrando os espaços e acervos. Mas sempre tendo como princípio a formação, o encontro com o conhecimento, a introspecção criativa.

Apesar do paradoxo, é necessário reconhecer que uma biblioteca que, para ser de todos, ignora o esforço que ler exige e concentre-se em fazer fácil e óbvia a leitura não será lugar de encontro com a cultura, a arte e o conhecimento. Não será uma biblioteca. Sei do incômodo que pode trazer tal posicionamento, principalmente porque sugere uma perspectiva

excludente e elitista, ainda que não o seja. A inclusão está em a gente ter o poder de dizer, pensar, criar. A exclusão ocorre quando se mantém o mundo – e as pessoas que são nele – na distração, no engodo e na ignorância.

Para terminar, transcrevo as palavras que disse à campanha “eu quero minha biblioteca”, quando indagado qual a biblioteca dos sonhos.

Eu me pergunto para que serve a biblioteca, o que é a biblioteca. Muitas vezes, as pessoas acham que a biblioteca tinha que ser um lugar que... como se fosse uma feira, uma festa, alegre, que atraísse todo mundo. Eu creio que a biblioteca precisa ser um lugar de recolhimento, um lugar bem-vindo, lugar agradável, onde vou para estar, vou para ler, vou para encontrar-me, recolher-me, refletir, silenciar, imaginar... um lugar que vou para, acima de tudo, me sentir bem comigo e poder perguntar sobre mim e sobre a vida, estudar... É um lugar que – se não todo ele, não precisa ser todo – tem também de ter o silêncio do encontro, o silêncio gostoso e agradável, em que alguém com o livro pode encontrar-se consigo, com o outro e pensar o mundo, a vida, e indagar a existência, sonhar, fantasiar – fantasia de que tanto falava Bartolomeu Campos de Queirós. Um lugar de ser, um lugar de estar. (<https://www.youtube.com/watch?v=z64-RKFuJSU>)



I. A LEITURA E SUA PROMOÇÃO¹

.....
1 Texto editado de exposição realizada ao grupo de discussão de políticas e promoção de leitura, com o título Para alcançar uma maior e melhor utilização dos livros disponíveis. Ecofuturo, 2014, agosto de 2014.

Este texto se apresenta como uma contribuição ao debate sobre a definição de eixos estratégicos de intervenção no campo da promoção da leitura, especialmente no que tange à determinação de políticas públicas e das formas de ação das organizações sociais envolvidas com o tema.

De certa forma, o argumento que nele desenvolvo considera que, além da carência material de livros e do acesso direto ao livro, há entraves à leitura que são de ordem cultural (as práticas e os valores), conceitual (a compreensão que se tem do que é leitura e das razões por que ler é significativo) e políticas (as ações e os investimentos que se fazem em leitura e educação).

Na tentativa de desenhar referenciais de ação político-cultural e pedagógica no campo do ensino e da promoção da leitura, trato de, após uma ligeira apresentação de como compreendo os conceitos de leitura e mundo da escrita

e promoção da leitura, avançar o debate em torno de um conjunto de questões essenciais para alcançar uma maior e melhor utilização dos livros disponíveis.

QUE É LEITURA?²

O vocábulo *Leitura* corresponde, em seu sentido básico, à *decifração e à intelexção de signos gráficos que representam a linguagem oral*, estando as duas ações básicas de ler enunciadas nessa definição – decifrar e entender – de tal modo interligadas que uma implica a outra. Como, contudo, são distintas em seus fundamentos e qualidades (um escâner pode realizar a primeira, mas não faz a segunda; a interpretação ocorre em outras atividades humanas de que não

.....

² Retomo nesta seção, de forma sucinta, argumento desenvolvido em “Leitura: acepções, sentidos e valor”, publicado em **Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVIII, v. 21, n. 22, p. 18-32, jan./abr. 2012.

participa a escrita), muitas vezes tem-se equivocadamente considerado que ler implica apenas uma delas.

O fato é que, além do sentido básico, registram-se, por expansão metafórica ou metonímia de um ou de outros elementos que compõem o vocábulo, muitos outros usos para leitura – usos que, não obstante legítimos, devem ser entendidos em sua especificidade e não como simples expansão do conceito.

Vejamos os casos mais correntes:

- *Leitura da luz* – termo que corresponde à decodificação de uma informação quantificada em parâmetros mensuráveis, aproximando-se do conceito primeiro pela ideia de decifração;
- *Leitura ótica* – processo de captação e transferência de dados codificados graficamente por instrumento específico – o leitor ótico;
- *Leitura labial* – situação em que se recupera, pela observação do movimento bucal, o que foi falado pela pessoa e que se associa com *leitura* por ser feita com a visão;
- *Leitura da mão* – em que se identificam e se interpretam signos “impressos” na palma da mão pelo destino; a associação com *leitura* se dá porque haveria aí uma decifração e um gesto interpretativo;
- *Leitura do jogo* – significa a forma como jogadores percebem, no andamento de uma partida, os esquemas táticos e as possibilidades de intervenção exitosa; guarda com *leitura* a ideia de ação intelectual com base numa dada realidade, ainda que não haja, propriamente, nem escrita nem texto.
- *Leitura da situação* – corresponde à percepção subjetiva que se tem de um fato ou conjunto de fatos quaisquer;
- *Leitura do mundo*, expressão cunhada por Paulo Freire – corresponde a um gesto interpretante de fatos do mundo, tendo o sentido aproximado de “encontrar significação em algo com base em nossas observações e vivências”; tampouco neste caso há um texto escrito mediando o processo simbólico.
- *Leitura do filme* – ação intelectual que se faz sobre um objeto cultural definido – o filme. A *Leitura do filme* se aproxima da *leitura do texto* enquanto derivação de sentido e projeção de possibilidades; mas corres-

ponde, não à inteligência de símbolos, e sim à percepção e à análise da situação narrativa que se oferece ao espectador; por isso, se aproxima da ideia de *leitura das entrelinhas*, quando se consideram os sentidos que a experiência com o objeto cultural produz além de sua percepção imediata – decodificação e inteligência.

- *Leitura de imagem* – vincula-se ao que se tem chamado de texto não verbal, quando o conceito de *texto* se estende para qualquer objeto semiótico e a *leitura* passa a ser a inteligência e a produção de sentidos sobre esse objeto simbólico ou cultural; o assim chamado “texto verbal” que se produz nesta situação não é a reprodução da imagem (a qual se apresenta como fato material e não como símbolo de outra coisa); ao “ler” a imagem, o observador estabelece correspondências e busca compreender os efeitos anímicos que ela lhe propõe; pode fazer ilações e interpretações com base em suas “leituras de mundo” e referencial interpretativo. Mas não pode decodificá-la como faz com o escrito nem nela encontra um discurso verbal que lhe corresponda: as imagens se veem, se analisam e se interpretam. Pensar *leitura de imagem* como *leitura* literal decorre do equívoco de reconhecer imagens estilizadas como texto propriamente dito.

O que as acepções de leitura listadas indicam é que a atividade mental – intelectual e sensitiva – supõe diversas dimensões, as quais compreendem múltiplos nexos; ao interagir com as coisas do mundo, sempre mediados pela cultura, os indivíduos veem, pensam, tocam e, assim, produzem significados que se concretizam na e pela linguagem.

No campo da atividade artística, o teatro, a música, o cinema, a pintura, a escultura, a fotografia são produtos do engenho humano e se apresentam como objetos a serem fruídos, pensados, analisados; assim, supõem processos intelectuais diferentes, tão complexos quanto e com muitas articulações com a leitura do texto.

Contudo, reconhecer essa aproximação não obriga a assumir que são todas da mesma natureza; de fato, se não são leitura em sentido estrito. E, se, por um lado, seria um despropósito afirmar que o uso desta ou daquela acepção de leitura é impróprio (por se fazerem todos

os usos da palavra e os sentidos de uma palavra se determinam por seus usos), por outro, é igualmente despropositado imaginar uma significação básica essencial subjacente a todas as acepções ou que o tipo de parentesco que elas estabelecem seja de mera contiguidade.

Importa sublinhar que interpretar não é o mesmo que ler (ainda que faça parte da leitura), assim como ler é diferente de escutar, mesmo que em ambos os casos haja realização linguística, e diferente de ver, mesmo que para ler se lance mão da visão.

PARA ALÉM DA DECIFRAÇÃO, O MUNDO DA ESCRITA

Pelo raciocínio que vimos apresentando até aqui, *leitura*, em primeira instância, implica a decifração, em silêncio ou em voz alta, de signos gráficos que correspondem à linguagem oral, tomando conhecimento do conteúdo de um texto. Em certas circunstâncias, é ainda esse o sentido que prevalece (por exemplo, quando se diz que o Percival lê com desenvoltura ou lê tropeçando).

Isso é certo, ainda que em algumas vezes, principalmente no debate pedagógico, esse aspecto seja supervalorizado, pondo-se ênfase demasiada nele, ou negligenciado, considerando-o irrelevante.

Contudo, e isso também é certo, a leitura, enquanto prática social, não se limita à capacidade de decifração, mesmo que se suponha nesse gesto o entendimento do que se decifra. A escrita (sobre a qual incidirão as possíveis leituras) faz parte do mundo ocidental, conformando sua cultura.

Essa presença se realiza em, pelo menos, duas dimensões distintas, apenas parcialmente complementares. Há hoje no mundo moderno um uso pragmático da escrita, disseminado por toda a população e necessário à reprodução da vida no espaço cotidiano; esse uso se referencia num “senso comum complexo”, o qual se realiza por mediações de meios sofisticados de comunicação e formação (escola, mídia, Estado, igrejas, etc.)³. A esta dimensão, associam-se nor-

.....

3 “O senso comum complexo orienta as formas de comportamento e de avaliação da vida em sociedade conforme as demandas produtivas e político-institucionais, realizando, na dimensão da cotidianidade, determinações consequentes da esfera da técnica. Ainda que muitas vezes incorporado pela convivência imediata, que se faz por aprendizagem assistemática, ele impõe o alfabetismo pragmático como condição de possibilidade”. BRITTO, Luiz Percival Leme. *Leitores de quê? Leitores pra*

malmente textos de interpretação fortemente contextualizada (dependem da situação) e seus referenciais são de ordem prática.

Além do cotidiano imediato, com níveis de complexidade variada, está outra esfera de produção – própria da cultura escrita –, relativa à interação com os conhecimentos e valores formais, às ciências, às artes, à formação e ao estudo⁴. A ela, associam-se os textos cujos conteúdos e forma de organização transcendem o imediatismo e o pragmatismo, tendendo a ser autorreferenciados e a exigir controle consciente da atividade intelectual.

Duas derivações importantes para a formação do leitor resultam dessa análise:

- A vivência com o texto e a cultura permite que, no ato de ler, o leitor faça “sua leitura”, não como simples reconhecimento do

quê? In *Ao revés do avesso*, São Paulo: Pulo do Gato, 2016 (no prelo).

4 A isso, Osakabe chamou de “mundo da escrita”; a análise que aqui se apresenta inspira-se em seu texto. OSAKABE, Haquira. Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita. In ZILBERMAN, Regina. **A leitura em crise na escola – as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. p. 147-152.

conteúdo do que lê, mas, sim, como realização de articulações inusitadas e verossímeis;

- As dificuldades no trato com textos desta natureza não resultam de uma incapacidade genérica de ler ou do domínio precário da decodificação ou, ainda, do desinteresse ou da falta de gosto; elas são consequência do modo como as pessoas interagem com os objetos da cultura, em particular com o conhecimento formal, e das formas de inserção e participação social.

Assim, quando se afirma que pouco se lê e poucos são os leitores, se está considerando, ainda que imprecisamente, apenas essa segunda dimensão de ler, correspondente à ação intelectual que se realiza pela interação entre um sujeito (ou vários) com objetos culturais complexos inseridos em campos de referência organizados por sistemas distintos daqueles que se adquirem nas práticas cotidianas.

Disso resulta a máxima, aparentemente paradoxal, de que se pode saber ler sem ser leitor e, ao mesmo tempo, a ideia, aparentemente contraditória, de

que uma pessoa pode saber ler e ler bastante para as atividades da vida prática e, ainda assim, não ser leitora.

NÃO É CHATO
NEM FÁCIL,
É DIFÍCIL

Muito frequentemente, tem-se associado nas campanhas de promoção da leitura ler com prazer e satisfação. Incute-se nos bordões promocionais a sugestão de que ler seria fácil e bastaria querer, e que qualquer um pode ler qualquer coisa, e que qualquer leitura é legítima.

Investir nessa forma de leitura fácil, cuja raiz está numa certa ingenuidade militante de sempre fazer valer o bem, não parece levar a parte alguma. Repro-

duzindo modelos convencionais e rígidos de percepção da vida, da arte e do mundo, essa postura não contribui nem para a formação de novos leitores, nem para ampliação do direito à literatura, nem para a difusão da cultura.

Tampouco é o caso de insistir na leitura conforme o gosto. Trata-se de outro grande equívoco pedagógico: o de sobrevalorizar o gosto pela leitura, principalmente quando o gosto se referencia na cotidianidade e no entretenimento.

O gosto não é a manifestação de determinações biológicas ou genéticas, nem é fruto de uma aprendizagem auto-dirigida e imanente; gosto se aprende, se muda, se cria, se ensina. Gosto se aprende, se critica, se renova. Se a pessoa só interage com arte fácil e de consumo e se educa neste ambiente, não tem como considerar outras formas de expressão e de recepção do objeto estético.

Ler, para além do que já somos, ler como experiência e possibilidade de por

ela se modificar, supõe a posse de conhecimentos que muitas vezes não são de domínio imediato, exigindo desprendimento, abertura, determinação, disciplina. Sem disposição para ler e sem a compreensão do que seja literatura, a pessoa rapidamente passa a acreditar que tal livro é chato e que a história não prende a atenção e que o autor está enrolando.

Se o que se busca é promover a leitura como valor, é imperativo encontrar estratégias mais densas e mais fundamentadas de estimular a leitura, reconhecendo que ler, em muitas situações, é difícil e que a satisfação que daí se pode retirar é de natureza muito distinta da que oferece o entretenimento cotidiano.

DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE PROMOÇÃO DA LEITURA?

Para pautar essa discussão, cabe trazer a aguda síntese sobre leitura e formação do leitor constante do documento resultante da oficina de discussão “Leitura e escrita de qualidade para todos”:

- A intensidade da leitura e, em particular, a boa leitura não resultam mecanicamente da disponibilidade de livros e da capacidade e interesse pela leitura.
- Porque consome tempo e esforço, a leitura depende e responde a incentivos e estímulos, sendo influenciada por ações voltadas à sua promoção.

- Porque requer tempo, persistência e comprometimento, a leitura é sensível a estímulos e incentivos e, por isso, a interação com outros leitores e promotores de leitura é tão importante.

- Ações e programas que estimulem a interação entre leitores e o compartilhamento dos livros disponíveis devem ser parte integral de qualquer política de promoção da leitura. Programas que incentivem e facilitem a utilização efetiva das bibliotecas disponíveis devem ser parte de uma política de promoção da leitura, em particular as ações ligadas à promoção de atividades de leitura nas bibliotecas e ao incentivo à interação entre leitores.

- Uma política abrangente de promoção da leitura não pode se limitar a desenvolver a capacidade e o gosto pela leitura ou ampliar as oportunidades de leitura. Deve estimular e incentivar os leitores a ler intensamente, com maior frequência e profundidade. Apenas quando alcança essa amplitude é que a política de leitura se torna capaz de promover uma leitura de qualidade.⁵

.....

5 COUTINHO, Diana; MENDONÇA, Rosane (direção de edição) **Leitura escrita para todos – reflexões sobre a política de promoção da leitura no Brasil**. Brasília: SAE, 2014, p. 36-38. A Oficina foi realizada em outubro de 2013, em Brasília, e contou com a participação de diversos especialistas representantes de instituições que atuam na área.

O que imediatamente se depreende dessas considerações é que a promoção da leitura não se confunde com qualquer ação educativa no âmbito do alfabetismo ou da inserção social, ainda que se articule com elas num movimento de ampliação da participação e de acesso à cultura e ao conhecimento.

Enquanto ação de caráter político-social e pedagógico-cultural, a leitura não pode ser confundida com a propaganda – quando se pretende, por interesse comercial, inculcar no outro o desejo a sensação de necessidade de consumir algo – nem com a beneficência ou a solidariedade – quando se almeja minimizar sofrimentos e carências – nem com o proselitismo religioso ou político – quando se busca a adesão da pessoa a uma crença (e seus hábitos e valores) ou a um partido.

Que entender, então, por promoção da leitura? E que valor haverá nela que justifique o esforço de disseminação de práticas leitoras?

A resposta obriga a reconhecer que a leitura demanda engajamento em práticas de leitura de textos literários e de expressão cultural que instigam a indagação, a criatividade e o protagonismo; obriga reconhecer que, nesta ordem social, ler é uma forma fundamental de participação na vida social, cultural e política do país; obriga reconhecer que a leitura congrega a possibilidade de uma “experiência”, isto é, um processo de autocohecimento e de afirmação subjetiva: é experiência “aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece e, ao nos passar, nos forma e nos transforma”.⁶

Como forma de fazer e de ser no mundo, de adensar o sentimento de pertencimento e de indagação da vida, a leitura não pode ser apenas divertida ou instrumental. O que a justifica não é a eficiência ou a produtividade nem a distração e a alegria, mas o reconhecimento de

.....

6 LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Jan. / Fev. / Mar. / Abr. 2002, Nº 19, p. 26.

que, quando lemos, nos humanizamos: “o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo”.⁷

Se assim é, então, o acesso e a possibilidade de fruição da literatura é um direito humano essencial (um bem “incompressível”⁸). E isso porque

São bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompreensíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça, a resistência à opressão etc.; e também são o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura.⁹

.....

7 CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In _____. **Vários escritos**. 4ª ed. reorganizada pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 177.

8 Incompressível: que não pode ser reduzido, modificado, reprimido ou impedido por autoridade (política, religiosa etc.) ou por qualquer tipo de força ou constrangimento; incoercível, irrefreável, irreprímível. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Editora Positivo, 2004.

9 CÂNDIDO, Antônio. Op. cit. p. 174.

Assim assumida, essa ideia de leitura ganha uma dimensão essencialmente ética, desprovida de qualquer atributo ou valor utilitário. A experiência da leitura, especialmente (mas não só) a que se realiza pelo texto literário, representa a possibilidade “de descoberta e de renovação de nossa experiência intelectual e moral, de adestramento reflexivo, de um exercício de conhecimento do mundo, de nós mesmos e dos outros.”¹⁰

LEVAR A LER

Cabe-nos, agora, buscar respostas para a ação político-pedagógica tanto no âmbito social mais geral como no âmbito específico da educação escolar. Para isso, retomamos as cinco questões que se apresentam no já referido documen-

.....

10 NUNES, Benedito. Ética e leitura. **Leitura: Teoria & Prática**, ano 15, n. 27, jun, 1996. p. 3.

to *Leitura escrita para todos – reflexões sobre a política de promoção da leitura no Brasil*, exatamente no item relativo a como levar à maior e melhor utilização dos livros disponíveis.¹¹

- I. Como promover aumentos na intensidade da leitura?
- II. Como promover melhoria na qualidade da leitura?
- III. Como promover maior interação entre leitores?
- IV. Como promover maior compartilhamento dos livros disponíveis?
- V. Como promover maior utilização das bibliotecas?

Essas perguntas se integram de tal forma que a resposta a uma delas tem implicação nas outras quatro: as pessoas lerem mais e melhor pode ser a consequência do maior compartilhamento de livros e da maior utilização de bibliotecas

.....

11 COUTINHO, Diana; MENDONÇA, Rosane (direção de edição). *Leitura escrita para todos – reflexões sobre a política de promoção da leitura no Brasil*. Brasília, 2014, p. 36.

(ou vice-versa); por sua vez, a disponibilidade de mais e melhores livros (o que implica bibliotecas organizadas, dinâmicas e acessíveis) é condição de melhoria na qualidade e na intensidade da leitura.

De todo modo, metodologicamente é possível – e valioso – pensar movimentos mais exatos que, desenhados para ter um efeito específico, promovam resultados concretos.

COMO PROMOVER AUMENTOS NA INTENSIDADE DA LEITURA?

Para que as pessoas leiam mais é preciso que tenham mais tempo, e, quanto a isso, pouco se pode fazer nos marcos atuais – ter mais tempo para si é um desejo da pessoa nos tempos de hoje e isso supõe uma luta política radical.

O que podemos é tentar demonstrar que ler é uma maneira interessante e criativa de usar o tempo livre (de ócio ou de espera); e, também, podemos insis-

tir na ideia de que ler vale a pena e que, quanto mais a pessoa ler, maiores serão as “recompensas”.

Mas se é exatamente isso que se tem feito – e com insistência – nas ações de promoção de leitura?! E, triste constatar, sem muito sucesso! Talvez o problema esteja exatamente em insistir que a leitura é gostosa, divertida e, implicitamente, fácil, quando ler – especialmente na dimensão apontada neste texto – é difícil e exigente.

Fala-se em promover o gosto pela leitura como se o problema fosse não gostar de ler, de não ter interesse. Na verdade, o problema, para a maioria, é não *poder* ler – seja porque não dispõe de condições objetivas (tempo, lugar, material apropriado) seja porque não dispõe de condições subjetivas (conhecimento, competência, formação).

As enquetes sobre hábitos de leitura no Brasil têm demonstrado o reconhecimento público de que ler é valioso e

que a gente tem interesse em ler; se não faz isso, é porque esse reconhecimento e essa vontade não encontram eco quando se examinam as condições objetivas e subjetivas de leitura¹².

Então, em vez de seguir dizendo que ler é divertido ou que ler é uma viagem, tratemos de ampliar as possibilidades de experiências estéticas das pessoas, reconhecendo que isso exige esforço e dedicação, reconhecer o valor do estudo e da formação, difundir as artes e a ciência.

.....

12 No levantamento sobre hábitos e práticas de leitura realizado pelo Instituto Pró-livro, dos informantes, quando indagados o quanto concordam com a frase “Ler bastante pode fazer uma pessoa ‘vencer na vida’ e melhorar a sua situação socioeconômica”, 64% afirmam concordar plenamente e 24% concordar em parte. Ademais, 25% dizem gostar muito de ler e 37% um pouco. Finalmente, 75% informam que leem por prazer e 53% sustentam que a “razão para não ter lido mais nos últimos três meses” é falta a tempo. **Retratos da Leitura no Brasil**, 3ª edição, 2011. São Paulo: Instituto Pró-livro. http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf

COMO PROMOVER MELHORIA NA QUALIDADE DA LEITURA?

Grande parte da resposta está no que se escreveu acima, mas há algo importante a acrescentar: o papel da educação escolar.

A qualidade da leitura está relacionada com a competência leitora, o que, por sua vez, decorre do nível de alfabetismo e do tipo de atividade intelectual em que as pessoas se engajam. E o desenvolvimento dessa capacidade – como demonstram os estudos sobre letramento – depende muito da escolarização; mais tempo de permanência em escolas bem estruturadas é condição necessária para a melhoria da qualidade e da intensidade da leitura.

Ao lado dos bordões fáceis de que a leitura agrada ou salva, costuma estar a afirmação de que ler instrui. Isso não é falso, mas se torna inútil quando não se oferecem condições de leitura. Seria bom se invertêssemos o sinal da equação

e, em vez de dizer que a leitura instrui, disséssemos que a instrução instiga e permite leituras cada vez mais densas (de fato, trata-se de um processo dialético).

É certo que, garantida a possibilidade objetiva de ler, ainda assim a melhoria da qualidade da leitura supõe outras ações, principalmente no que tange à promoção da produção e da fruição cultural. E isso está relacionado com as formas de participação na cultura.

COMO PROMOVER MAIOR INTERAÇÃO ENTRE LEITORES?

Quando falamos de *leitor*, temos na cabeça a ideia que não é a de alguém que sabe ler e que, quando precisa, lê para fazer algo em sua vida prática, profissional, cotidiana; o leitor de que falamos é alguém que *deliberadamente* toma um objeto cultural determinado – o texto – e se engaja numa atividade efetiva e consciente de fruí-lo; alguém que, por exem-

plo, toma um romance, um livro de história, uma biografia e se põe a ler.

O documento *Retratos da Leitura no Brasil*, a que me referi acima, define leitor como sendo aquele que “que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses” e não-leitor como aquele que não leu, nenhum livro nos últimos três meses, mesmo que tenha lido nos últimos doze”¹³. Em que pese os problemas desta definição, ele serve para demonstrar que, de um modo geral, se entende por leitor alguém que, mais que saber ler e usar a leitura na vida prática, lê livros.

De certa forma, podemos ir além e sustentar que a ideia de leitor subjacente às ações de promoção e às propostas de ensino é a de uma pessoa que investe na ação subjetiva de ler em busca de identidade, reconhecimento, conhecimento, indagação, contemplação.

.....
13 **Retratos da Leitura no Brasil**, 3ª edição, 2011, p. 47. São Paulo: Instituto Pró-livro.

Italo Calvino, por exemplo, ao elucubrar sobre isso de ler literatura e ser no mundo, escreve que “a literatura jamais teria existido se uma boa parte dos seres humanos não fosse inclinada a uma forte introversão, a um descontentamento com o mundo tal como ele é, a um esquecer-se das horas e dos dias fixando o olhar sobre a imobilidade das palavras mudas”¹⁴.

Nesse movimento, o leitor busca outras leituras que – intensa e tensamente – contemplem e complementem a sua, assim como busca o outro que o contempla e o complementa. Os leitores se encontram em suas leituras.

A maior interação entre leitores pode valorizar as leituras, dar-lhes mais e outras dimensões, instigar mais leituras e leitores. Seminários, encontros, palestras, diálogos, grupos (reais ou virtuais; constantes ou efêmeros), concursos, feiras culturais, exposições, festivais, etc.

.....
14 CALVINO. Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993, p. 65.

Tudo isso são formas de nos pôr em movimentos de aproximação e de esgarçamento de nós mesmos.

Isso, em grande parte, tem um fluxo espontâneo, ocorre pela necessidade mesma de expansão de cada um. Mas, sem dúvida, pode ser estimulado, promovido, por ações sistemáticas. Cabe, portanto, ao pensar na promoção da leitura, pensar numa política que, realizando encontros, crie a prática da leitura partilhada; ademais, tais momentos se organizam como movimentos estruturantes de cultura, de modo que não apenas congregam, mas também ampliam as possibilidades de mais e melhores momentos de leitura (tendo, assim, efeito sobre a intensidade e a qualidade da leitura).

COMO PROMOVER MAIOR COMPARTILHAMENTO DOS LIVROS DISPONÍVEIS?

A pergunta ficou, em parte, respondida no item anterior, mas cabe um adendo importante: o quanto é interessante estimular a partilha de livros e outros objetos de leitura numa perspectiva que não seja a de campanhas de doação de livro, de caráter de descartável e sabor de beneficência.

Levar a ler não é caridade e, por isso, não deve ser comparado com campanhas do agasalho ou contra a fome; tampouco faz sentido fazer da leitura gestos de comiseração com doentes e enjeitados, para quem se leva consolo e lenitivo. É claro que se pode ler por muitos motivos, inclusive como forma de mitigar o sofrimento ou de esquecer problemas. Contudo, não é isso que justifica propor a leitura. O que interessa é estimular a ideia

de intercâmbio na perspectiva, não do interesse econômico, mas como compartilhamento de vivências, de experiências.

O livro é um bem cuja posse significa pertencimento à cultura (basta pensar nos acervos pessoais de escritores e intelectuais), de modo que não há por que ensinar as pessoas a se desfazerem de seus livros. Pode-se, isso sim, é sugerir para que os ponham em circulação, compartilhando-os e os divulgando.

Neste sentido, valem muito os balcões de intercâmbio e empréstimos que se fazem em feiras e encontros de leitura, assim como em clubes de leitores e em salas de aula. As trocas ficam mais interessantes quando o valor envolvido não é preço do livro no mercado, mas a importância da experiência de cada leitor.

COMO PROMOVER MAIOR UTILIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS?

As bibliotecas são o lugar do livro e da leitura. Têm uma tradição milenar e, ainda hoje, aparecem como um dos símbolos mais significativos de cultura e conhecimento. Há, por assim dizer, uma identidade de todas as bibliotecas: a guarda e a organização do texto escrito e a oferta da leitura.

Mesmo assim, não um único modelo de biblioteca. Ao contrário, muitas e diferentes são suas formas de ser, conforme o público que assiste e as tarefas que lhe cabem. As bibliotecas variam, apresentando importantes diferenças em sua estruturação, composição e tamanho de acervo, serviços, dinâmicas de funcionamento.

No caso brasileiro, há, em destaque, a grande biblioteca, a nacional, cuja tarefa está em ser depositária da cultura do país. Sua razão de ser e suas atribuições são distintas de uma rede de bibliotecas,

como, por exemplo, a de Belo Horizonte ou a de Bogotá.

E mesmo no caso de uma rede bem constituída, as bibliotecas, quando se verificam as ações que transcendem a oferta de livros, podem ser diferentes, conforme o tamanho, o local em que estão, as disponibilidades de recursos, o perfil do usuário, etc.

Se compararmos uma biblioteca pública – cujo atendimento supõe o público em geral – com uma biblioteca escolar, encontraremos novas e importantes distinções, assim como se comparamos uma biblioteca universitária em relação a uma biblioteca de educação básica ou uma biblioteca especializada (por exemplo, a biblioteca de uma empresa, de um hospital, de um presídio).

Considerando isso, só podemos falar em promover a maior utilização das bibliotecas se tivermos clareza de que biblioteca estamos falando e como cada uma se propõe.

De fato, as bibliotecas – especialmente as públicas – tenderam, historicamente, a se estruturar em função das demandas e dos interesses dos grupos sociais que detêm o poder político, econômico e cultural. E, ainda que aberta a todos, suas decisões e formas de organização se fizeram, por um longo período, somente para as pessoas inseridas na cultura escrita. A maioria das pessoas – por falta de instrução, de identidade ou até pela dificuldade objetiva de acesso – não se incluía (e ainda não se inclui) no público usuário.

Mais recentemente, com a expansão e diversificação da cultura massiva e eletrônica, a universalização da educação básica e a ampliação das exigências de qualificação laboral, a biblioteca passou a ser uma possibilidade de formação ampliada. Contudo, premida pelo pragmatismo, massifica-se sem democratizar-se, pouco contribuindo para o acesso ao conhecimento e a uma formação que compreenda o imediatismo e avance além dele.

A necessidade de responder a demandas práticas e a submissão a critérios de avaliação fundamentados no modelo de eficiência e produtividade têm levado as bibliotecas a desenvolver atividades de arte e cultura aligeiradas, descuidando-se da disseminação da cultura e do conhecimento, da produção e do registro de memória, mais amplamente, e de formação cultural¹⁵.

À biblioteca pública, a questão central que se apresenta é: que ações estratégicas devem ser tomadas para mudar essa realidade e assumir um caráter democrático e popular? Como promover o avanço da democracia e, ao mesmo tempo, expandir o atendimento?

Parece-me que a resposta está em reconhecer que lhe cabe, mais que ofe-

.....

15 Com base em Adorno, compreendo formação como “a cultura tomada pelo lado de sua apropriação subjetiva”; nesse sentido, a formação implica o “indivíduo livre e radicado em sua própria consciência, ainda que não deixe de atuar na sociedade”; é, por assim dizer, “condição implícita para uma sociedade autônoma: quanto mais lúcido o singular, mais lúcido o todo”. ADORNO, Theodor. Teoria da semicultura. In **Primeira Versão**. Ano IV, n. 191, Volume XIII, Maio/Agosto, Porto Velho, 2005. (Edição original W. Gesammelte Schriften, Band 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972).

recer simplesmente lazer e convivência cultural, propor ações problematizadoras da cultura e da política além das razões comezinhas da vida cotidiana. As leituras ligeiras de entretenimento domingueiro, sem as devidas articulações culturais, artísticas, intelectuais, podem alcançar sucesso de público, mas pouco contribuem para a formação cultural.

O desafio, portanto, é ampliar a presença de leitores qualificados nas bibliotecas e não simplesmente usuários que não se transformam com a leitura.

Isso obriga a reconhecer que não cabe definir indicadores quantitativos como alvo primeiro nem critério central de avaliação da biblioteca: a biblioteca não é boa porque atende mais pessoas, é boa porque as atende bem. Lastimando a política da prefeitura de Londres para as bibliotecas públicas, o jornalista Richard Godwin, que não é nenhum especialista em leitura, faz uma declaração muito interessante que não devemos perder de vista: “what if libraries simply provi-

de pleasure, enlightenment, civilization, respite? I can think of no better reason to save them”¹⁶.

Já no que concerne às bibliotecas escolares¹⁷, cabe considerar, primeiramente, a própria função da educação escolar, cujos objetivos não podem se limitar à formação pragmática. Considerar as demandas práticas se justifica desde que a finalidade do ensino não seja a de simplesmente satisfazê-las, mas sim de superá-las. Reconhecendo isso, há que aguçar a “curiosidade epistemológica” de que fala Paulo Freire¹⁸, de forma a superar a “curiosidade ingênua”.

Nessa perspectiva, a biblioteca escolar ganha destaque como lugar precípuo de formação intelectual e de acesso

.....

16 “E se as bibliotecas simplesmente oferecessem prazer, cultura, civilização, respeito? Eu não consigo pensar em nenhuma razão melhor que esta para salvá-las”. **London Evening Standard**, 26 February 2014.

17 A discussão sobre biblioteca escolar aqui apresentada retoma a análise por mim desenvolvida em *Leitura e formação na educação escolar – algumas considerações inevitáveis*, publicado em SOUZA, Renata Junqueira (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas – o mediador em formação**. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 187-204.

18 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ao conhecimento. Seu acervo, considerando sempre o nível de autonomia e de desenvoltura intelectual dos usuários, precisa incluir obras de ciência, história, geografia, psicologia, literatura, artes e organizar-se de forma a permitir percursos formativos amplos e densos. Sua funcionalidade depende, em grande medida, de como a comunidade da escola abraça um projeto de formação que toma a interdisciplinaridade como eixo e avança além do espaço-aula.

O aluno, instruído pelos professores, deve frequentar a biblioteca também para aprofundar-se nos temas que está conhecendo em sala de aula e descobrir outros assuntos e argumentos em função do estudo.

Não se pensa a biblioteca como lugar vetusto e severo da escola disciplinar nem se desaconselham atividades livres e descontraídas de leitura. O que se sustenta é a importância de percebê-la como lugar de formação; transformá-la em um

lugar de lazer, sob a hipótese de que, desse modo, se formarão mais e mais leitores, não contribuirá para a educação formativa nem modificará o perfil da biblioteca como local sem razão e sem público.

É necessário, contudo, observar que a biblioteca escolar não tem como tarefa corrigir uma educação limitada que se faça na sala de aula ou de ser uma espécie de contraponto, lugar de liberdade e de livre escolha. Essa é uma concepção que põe escola e biblioteca em contradição e imagina que possa haver uma boa biblioteca em uma escola sem projeto pedagógico consistente e sem estrutura apropriada.

O leitor se forma na escola, e a biblioteca participa dessa formação, como parte integrante que é da escola. Atividades fundamentais de leitura para a formação do aluno – varais e saraus literários, feira de ciências, sessões de descontração, clubes de leitores, etc. – podem e devem ter o concurso da biblioteca (po-

dem até ser capitaneadas por ela), mas não são sua razão de ser nem sua responsabilidade exclusiva; aliás, elas só terão efetividade se estiverem incorporadas ao *ethos* escolar, ao espírito coletivo.



2. A BIBLIOTECA E A CULTURA DIGITAL: QUE DIÁLOGO É ESSE?¹⁹

19 Texto apresentado à comissão especial para a discussão da política da Red de Bibliotecas de la Alcaldía de Bogotá, CO, com o tema a *biblioteca e a cultura digital*.

O tema que nos concerne é a relação da biblioteca, em particular da biblioteca pública, com o que se vem chamando de cultura digital. Interessa, especialmente, indagar como as novas formas de expressão, comunicação e acesso à informação e ao conhecimento se refletem nas práticas de leitura e nos modos de produção, circulação e apropriação do conhecimento.

Ou, pensando mais diretamente na formulação de políticas estruturantes das bibliotecas públicas: como incorporar as novas dimensões e manifestações de cultura consequente das novas disponibilidades técnicas na organização e funcionamento da biblioteca?

Não é assunto simples ou óbvio, como se suporia à primeira vista. Ao contrário, é um tema complexo, cuja consideração pode, conforme se desenvolva a análise, levar a decisões que só tenderão a fragilizar a biblioteca, esvaziando-a de seu papel formativo. Isso porque paira no ar a ideia de que a cultura digital implica

uma nova relação com o conhecimento que prescindiria do livro, pelo menos em seus moldes tradicionais, e das formas de pensar que se realizam pela leitura.

Essa estranha ideia decorre da observação impressionista das expressões mais atuais de cultura com base no fato de que se tem amplamente afirmado por estudiosos de diferentes áreas que a conectividade geraria novos processos de conhecimento, de subjetividade e de relacionamento com a cultura, processos nunca vistos na história humana e que implicariam o início de uma nova era, sobrepunhando o que se entende como a era do livro. Aquilo que se tem chamado de cultura digital, que inclui desde o uso de aparelhos de comunicação móvel com acesso a internet até as artes virtuais e os processos de colagem e reprodução eletrônica, ganhou enorme visibilidade e sugere que todas as formas de ser e de viver na sociedade experimentam radical e velocíssima transformação.

De fato, o mundo moderno experimentou enormes transformações nos últimos cinquenta anos em função, principalmente, da chamada revolução microeletrônica, com destaque, por um lado, para a reestruturação produtiva, o rearranjo no mercado de capital e a financeirização da economia e, por outro, para a expansão qualitativa e quantitativa dos meios de comunicação e informação.

Não se pode negar que as novas e enormes possibilidades de processamento, armazenamento e transferências de dados oferecidas pelos sistemas computacionais, bem como a informatização e automatização dos processos, trouxeram consequências enormes para todas as dimensões da vida cotidiana. A criação da *web* e das plataformas de interação *on-line* – uma das expressões mais evidentes dessa revolução – dá a impressão de conectividade universal e imediata, com a intensa participação universal. Ademais, a explosão das redes sociais,

blogs e *sites* e sua presença em processo de comunicação, educação e política dão a impressão de um significativo avanço da participação social em dimensões essenciais da ordem do poder, como na organização de movimentos de contestação, na luta pelos direitos humanos e na influência decisiva em eleições dos mandatários das grandes potências mundiais.

Evidentemente, tais transformações não poderiam deixar incólumes os modos e as formas de realização da cultura, da informação e do acesso ao conhecimento. Cabe evitar, contudo, a análise ligeira e conclusões precipitadas e demasiado definitivas.

É certo que as dinâmicas contemporâneas têm implicado, de forma difusa e desigual, a emergência de outros protagonistas no cenário político e cultural, com relativa possibilidade de se fazerem ouvir vozes de povos tradicionais e de grupos marginais, antigos e novos – frutos da própria precarização da vida cotidiana em

função da reestruturação produtiva e da reorganização do capital. Aparentemente, esses segmentos, que nunca tiveram acesso efetivo aos bens culturais e materiais da sociedade capitalista, estariam tendo a chance de mostrar-se e de contestar a cultura hegemônica.

É certo também que, para se fazer ver e ouvir, os novos protagonistas produzem formas de expressão e comunicação próprias e originais, produtos que ganham dimensões maiores quando reverberados na *web*, nas redes sociais e em espaços alternativos. Aliados do que se convencionou chamar de cultura escrita, produzem uma espécie de contracultura oral ou digital ou, ainda, no caso dos povos tradicionais, reafirmam as formas seculares de conhecimento.

Contudo, é um grave equívoco teórico e político supor que tais processos de produção cultural e intelectual sejam simplesmente um movimento de contraposição à cultura escrita convencional

e que sua legitimação possa se realizar pela negação do conhecimento formal ou pela neutralização das diferenças. Essa concepção, aparentemente democrática e progressista, apenas contribui para a manutenção das diferenças e a restrição do acesso a porções essenciais da cultura universal.

As novidades parecem ser menores do que predicam os áugures digitais. O que se verifica, além das mudanças resultantes da incorporação das novas tecnologias, é a radicalização da desigualdade e da exclusão da ordem do conhecimento e do poder efetivo por meio da massificação e banalização dos valores e das formas de acesso ao conhecimento, com a pseudodesvalorização da formação intelectual formal.

Vale a pena a advertência de Claudia Weber Abramo, realizada lá no ano de 1995:

Sob o ponto de vista da distribuição do poder, nada autoriza a concluir que a “revolução da informação” atue na direção de um

maior equilíbrio entre os agentes sociais. A informação como instrumento de poder não pode ser medida absoluta, mas relativamente: como o poder é atributo relacional, não advém da “posse” de uma quantidade X de informação, mas (entre outras coisas, naturalmente) do fato de A dispor de mais condições de processar a informação do que B.²⁰

Ademais, diferentemente do que se apregoa, a escrita não perdeu importância; ao contrário, tornou-se muito mais significativa e determinante, especialmente quando se consideram as formas de inserção na vida social e nos processos de organização da cotidianidade.

O alfabetismo não somente não desapareceu com a revolução microeletrônica, como, pelo contrário, passou a ser o metro principal de inclusão na ordem social. A ordem digital é uma expressão da própria cultura escrita, expressão que, como todas as outras, a ressignifica e amplia suas possibilidades.

.....

20 ABRAMO, Claudia Weber. **Irrracionalismo e informação**. Folha de S. Paulo, 12/6/1995.

A globalização da economia e a reestruturação produtiva, com base na acumulação flexível do capital, engendraram um processo produtivo em constante mudança, com a incorporação da ciência e da tecnologia em função da competitividade constitutiva do próprio sistema. Assim, a complexidade atual dos processos produtivos e do funcionamento do setor de serviços, próprios da organização do capitalismo posterior à revolução microeletrônica, demanda um trabalhador que saiba ler, seguir instruções e lidar com problemas de tipos variados, o que significa saber operar sistemas normativos que não se aprendem nas relações domésticas e no cotidiano imediato. A cotidianidade e o senso comum, por sua vez, adquiriram no mundo tecnológico formulações mais complexas e se organizam, em grande parte, por valores e condutas que se definem verticalmente e exigem níveis maiores de alfabetismo.

A imposição do alfabetismo como condição de participação social é um processo inelutável que vem ocorrendo ininterruptamente desde o século XIX. Todos os estudos da área demonstram a clara correlação entre conhecimento, leitura-escrita e inserção social. E a razão principal desse fenômeno são as formas de organização do capitalismo, com intensa urbanização e industrialização da agricultura.

É mister observar, porém, que se, por um lado, as referidas transformações nos processos de produção e de organização social aumentam a importância do alfabetismo e da instrução formal, por outro, o aumento da instrução média da população não tem correspondido a mais democracia e a mais distribuição da riqueza. O que ocorre é a banalização do conhecimento e a instituição de um modelo de cultura que se limita à reprodução de normas, valores e procedimentos, pouco oferecendo o acesso a bens culturais acumulados pela humanidade.

O que se evidencia é a realização de um *alfabetismo pragmático* – aquele que permite à pessoa ler e escrever umas tantas coisas e operar com números, de modo a agir apropriadamente em função dos protocolos e procedimentos de produção e consumo.

E não mais do que isso parece ser necessário para a obtenção dos fins a que se destina: leitor de um universo tranquilo que tem de ser o seu, sua escrita se inscreve nas práticas que servem a esse universo.²¹

E esse tipo de alfabetismo não apenas está muito próximo daquilo que se tem chamado de oralidade, como não contribui para a formação autônoma e a ação intelectual livre dos sujeitos. Portanto, sob o véu de uma suposta ampliação de direitos e possibilidades e de diversidade de expressão de ideias e valores, o que ocorre é a radicalização das dimensões entorpecentes e apaziguado-

.....

21 OSAKABE, Haquira. Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita. In ZILBERMAN, Regina. **A leitura em crise na escola – as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. P. 147-152.

ras da cultura e a vulgarização de modelos ideológicos que escamoteiam as formas como se realiza o poder, dentre as quais se destaca um multiculturalismo anódino e unidirecional. O que aparenta ser reconhecimento de cultura se manifesta muitas vezes como interdição.

Enfim, é preciso reconhecer que, se é fato que as novas tecnologias e os modos de comunicação e de expressão que permitem, assim como os processos de produção que se instauraram com a revolução microeletrônica, supõem um sujeito ágil e que aprende na prática e na diversidade, é fato também que limitados a estes espaços os sujeitos não disporão de conhecimentos que contribuam para a crítica a essa mesma e nova condição de alienação.

Como observa Acácia Kuenzer, em seus estudos sobre trabalho e educação no mundo contemporâneo,

a prática, por si não ensina, a não ser através da mediação da ação pedagógica. São os processos pedagógicos intencionais e

sistematizados, portanto, que mediando as relações entre teoria e prática, ensinarão a conhecer. Não basta, portanto, inserir o trabalhador na prática, para que ele espontaneamente aprenda. [...] As novas demandas de articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito reforçam a escolarização em níveis cada vez mais ampliados e com maior qualidade como condição necessária à inserção e permanência nas relações sociais e produtivas para os que vivem do trabalho. Não se trata, contudo, de retroceder a práticas pedagógicas teoricistas, de longa data questionadas, mas também não há como sustentar o pragmatismo utilitarista que tem se traduzido em práticas pedagógicas espontaneístas com frequência cada vez maior. Trata-se, portanto, de repensar os processos pedagógicos, para que a escola de fato estabeleça a mediação entre conhecimento e práticas sociais, entre teorias e práticas, de modo a intencionalmente assumir a sua função de introduzir os homens e mulheres nas ações relativas ao conhecer e ao produzir conhecimentos, tácitos e científicos, tendo em vista a construção de uma outra sociedade, sobre bases mais justas e igualitárias.²²

A perspectiva de uma formação cultural emancipadora e democrática obriga a reconhecer que a informação fácil

.....

22 KUENZER, Acácia. **Educar**, Curitiba, especial, p. 43-69, 2003. Editora UFPR, p. 65.

apoiada no senso comum não estimula a indagação da condição humana nem a crítica e a criatividade desimpedidas. Ao contrário, mantém a pessoa na alienação e na submissão ao que se estabeleceu desde outro lugar, oferecendo-lhe a falsa ilusão de crescimento e liberdade.

Visto sob essa ótica, tomado como absoluto, o modo de cultura que emerge da expansão da comunicação digital constitui um processo de alienação em que impera a ideologia da subjetividade egoísta e autossuficiente. Desprovida de generacidade e universalidade, a cultura torna-se pseudocultura.

Há alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção.²³

Além do saber cotidiano, encontra-se uma esfera de produção cultural mais sofisticada, que pressupõe práticas inte-

.....

23 HELLER, Agnes. **História e cotidiano**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 39 e 40.

lectuais sistemáticas para as quais a leitura-escrita teve e tem papel fundamental. Trata-se dos modos de conhecimentos e valores formais, relacionados com a instrução e o estudo. Por essa esfera circulam textos cuja forma e cujos conteúdos transcendem o imediatismo e o pragmatismo, pois tendem a ser autorreferenciados e descontextualizados, implicando maior nível de metacognição. Nessa esfera, encontram-se as produções que se operam nas ciências, na literatura, na filosofia, enfim, as produções humanas mais orgânicas e sofisticadas.

Uma política pública de biblioteca deve, para ser efetivamente democrática, em vez de buscar ajustar-se às demandas imediatas e pragmáticas que se colocam no âmbito da cultura, da política e da economia, investir profundamente na possibilidade de acesso à informação e ao conhecimento que não está evidente, que não se põe como algo que se absorve imediata e facilmente. A biblioteca não

pode abdicar de sua função precípua de lugar de encontro com o conhecimento e desenvolvimento dele.

Certamente, as bibliotecas continuaram incorporando em seus sistemas gerenciais as possibilidades que oferece a tecnologia; mais ainda: tratarão de ampliar a acessibilidade aos acervos por meios digitais, locais e remotos. E tratarão de criar novos e desafiadores espaços para o estudo e a reflexão sobre as produções culturais inovadoras. E buscarão criar as pontes legítimas e necessárias entre as expressões populares e formas de conhecimento que transcendem o imediatismo. Tudo isso, contudo, não modifica em nada a relação essencial entre o estudante e o texto, entre o leitor e o livro.

Essa é a essência e a razão de ser das bibliotecas.



3. O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS²⁴

24 Texto apresentado à comissão especial para a discussão da política da Red de Bibliotecas de la Alcaldía de Bogotá, CO – tema o papel das bibliotecas na formação de leitores.

As bibliotecas públicas são parte de um conjunto maior de aparelhos que constituem o lugar de promoção de cultura, educação e cidadania. Aí se incluem museus, orquestras e conservatórios musicais, teatros, escolas de arte, centros de cultura, espaços de exposição, memoriais, praças de esporte, zoológicos, hortos, parques.

Esses aparelhos, em seu conjunto, são a expressão da política pública de cultura e formação cidadã e uma política de cultura tem de necessariamente considerar todos eles, estabelecendo os aspectos comuns e as especificidades de cada um. Podem (e é bom) estar integrados em diferentes níveis, mas é preciso ter claro que cada qual cumpre seu papel; o abandono da especificidade sob uma hipotética interculturalidade pode trazer resultados contrários aos desejados.

No que tange à biblioteca, sua função precípua é a promoção de leitura, entendida como a oferta qualificada de

livros, especialmente aqueles que encerram elementos fundamentais da formação intelectual e que, normalmente, por estar além do senso comum, não encontram outros espaços de circulação e de atividades relacionadas com eles. Podemos, sem muito risco de escapar àquilo que tradicionalmente se estabeleceu como histórico da biblioteca, identificar quatro funções que lhes são próprias, as quais se realizam de forma distinta em cada unidade, conforme seu lugar na rede de serviço e seu vínculo local. São elas:

- I. O acolhimento e a guarda organizada da produção cultural e intelectual humana (literatura/arte, história ciência, política, etc.) que se realiza e circula por meio da escrita – é o que entendemos como acervo;
- II. O registro documental da produção cultural, política e social da comunidade, da cidade e da nação – o que corresponde ao que chamamos de memória;
- III. A disseminação do conhecimento e da arte, principalmente daqueles que são próprios da cultura escrita;

- IV. A promoção de práticas culturais e intelectuais relacionadas com o livro e a leitura; a isso tem sido tradicionalmente identificado como promoção da leitura.

Essas quatro funções não são estanques. Ao contrário, se inter-relacionam de tal forma que as decisões que concernem às duas primeiras estão diretamente implicadas com as duas últimas; e é tal inter-relação que oferecerá dinamismo e densidade à formação e organização do acervo e à produção e registro da memória. Pode-se dizer que a constituição do acervo e a organização da memória estão a serviço da disseminação do conhecimento e da formação cultural.

A questão que naturalmente se nos apresenta, definidos os objetivos principais, é: que ações estratégicas realizar para alcançá-los?

Para responder minimamente essa questão, deve-se reconhecer que a biblioteca pública (aqui no singular, pois que se apresenta como modelo) tendeu

historicamente a organizar-se conforme as necessidades e interesses de uma parte pequena da sociedade – exatamente aquela que sempre deteve o poder político, econômico e cultural. Ainda que aberta a todos, a biblioteca tomava suas decisões e organizava-se de tal modo que somente os grupos de pessoas conformados por uma ordem cultural determinada e afeitos a ela podiam efetivamente usufruir de seus serviços. A maioria das pessoas – fosse por falta de instrução, fosse por falta de identidade, fosse até pela dificuldade objetiva de acesso – não se incluía (e ainda não se inclui) no público usuário.

Mais recentemente, com a diversificação dos objetos de cultura escrita – muitos dos quais articulados com o cotidiano urbano –, a massificação da educação e a ampliação das exigências de formação laboral, a biblioteca passou a ser uma possibilidade de formação popular. Contudo, previda pelo pragmatismo,

massifica-se sem democratizar-se, pouco contribuindo para o efetivo acesso ao conhecimento e a uma formação que, ao mesmo tempo, compreenda e transcenda a cotidianidade e o imediatismo.

De fato, a necessidade de responder a demandas imediatas e a submissão a critérios de avaliação fundamentados na lógica da eficiência e da produtividade, bem como a ânsia por popularização, têm instado as bibliotecas a desenvolver atividades utilitárias, que a afastam de sua missão principal, descuidando-se do papel de disseminação da cultura, produção e registro de memória e de formação cultural.

Nesse sentido, o grande desafio quando se busca constituir uma rede pública de bibliotecas está em promover o avanço da democracia em vez da massificação do atendimento. Trata-se de assumir que a biblioteca não se limita a prestar serviços, tendo papel de protagonista na disseminação e desenvolvimento do conhecimento e na constituição de uma

política cultural democrática.

E isso significa que, mais que oferecer entretenimento cultural, investir em formação aligeirada ou reproduzir práticas massificadas de produção e consumo de cultura – não importa o quando isso seja atrativo –, cabe à biblioteca realizar ações problematizadoras da cultura e da política que estão além do panorama imediato e das razões comezinhas da vida cotidiana.

É particularmente importante atentar para o fato de que métodos de aproximação pedagógica só têm valor se não descaracterizam o objeto e o objetivo formativo. Assim, por exemplo, a leitura fácil de entretenimento domingueiro, sem que façam as devidas articulações culturais, pode alcançar sucesso de público, mas não contribui para o avanço efetivo da disseminação e da formação cultural.

Por outro lado, há que cuidar também para que a biblioteca não se constitua como expressão de um poder alienígena. Isso supõe uma opção política que

considera a legitimidade da cultura e dos saberes locais e a radical ressignificação dos valores da cultura e da política hegemônicas, por meio do diálogo constante com as diversas formas de expressão e do questionamento dos processos de produção e circulação do conhecimento. Por isso, as decisões estratégicas de organização de acervo, produção de memória, disseminação do conhecimento e formação cultural têm de afastar-se tanto do elitismo próprio da ordem dominante como do populismo simplório de reprodução do óbvio (que, também, é resultado da ordem dominante).

Objetivamente, deve-se considerar, tanto para o sistema como para cada localidade:

- A oferta organizada das obras relevantes para a comunidade de forma acessível; isso implica indagar em que tipo de acervo se deve investir, considerando as disponibilidades objetivas e subjetivas da comunidade e as demandas locais, sempre lembrando que a demanda se cria e não apenas se atende;

- A instituição de dinâmicas e instrumentos de investigação e registro documental, de forma que a história não seja apenas a história oficial;
- A promoção da formação de grupo de leitores de modo a ampliar o universo de referências e de experiências de leitura, especialmente daqueles que não se promovem em outros espaços sociais e nos meios de comunicação de massa;
- A criação de dinâmicas de estudo do conhecimento acumulado pela humanidade e, ao mesmo tempo, de produção de conhecimento novo e de memória local, instigando à ação intelectual reflexiva e crítica, e ao registro escrito desse produto;
- O desenvolvimento contínuo de ações de formação intelectual e cultural, considerando os diversos públicos assistidos, numa perspectiva que, sem ser elitista ou pragmática, valorize a experiência da leitura por meio do livro;
- A divulgação da cultura universal e local, por meio de sessões públicas de leitura e de outras artes e saberes, conformadas em função das expectativas dos usuários e da política de ação cultural adotada.

De modo a cumprir apropriadamente essa tarefa, a biblioteca necessita, além de um corpo funcional técnica e intelectualmente preparado para as funções que lhe cabem, de uma política institucional que contemple:

- A constituição permanente de acervo que não se justifique apenas pela demanda local imediata ou pelo número de consultas, mas também pela crítica cultural;
- A capacitação funcional continuada, contribuindo para a emergência e o desenvolvimento de lideranças e ações propositivas na formação do leitor;
- A formação pública, incluindo: promoção de estudos e pesquisas para o desenvolvimento individual e coletivo; estímulo permanente de atividades culturais e intelectuais; e ações diversificadas de disseminação da cultura – promoção da leitura;
- O estímulo à produção e ao registro escrito da memória – patrimônio cultural, intelectual e político da nação e de cada uma de suas regiões, localidades e comunidades –, incluindo oficinas, seminários, recolha de depoimentos e guarda de documentos.

Claro que isso não se faz em gabinete nem se imagina como marco zero. A razão de ser de cada pequena biblioteca que compõe a rede e das bibliotecas maiores de referência está diretamente relacionada com o reconhecimento do que já está constituído e em funcionamento e com a valorização daqueles que aí atuam e trabalham, bem como no estabelecimento de vínculos fortes com as lideranças sociais e comunitárias.



4. A BIBLIOTECA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DO LEITOR²⁵

25 Este texto revisita o artigo “O papel da biblioteca na formação do leitor”, publicado em Salto para o futuro – biblioteca escolar: que espaço é esse?, Ano XXI, Boletim 14, 2011.

INTRODUÇÃO

Esse texto tem como principal motivação indagar o papel da biblioteca escolar na formação do leitor.

Início, porém, com uma pergunta muito mais básica: pode a biblioteca escolar formar um leitor ou, pelo menos, fazer parte dessa formação no modelo atual da educação escolar?

A resposta imediata é “Sim, claro que sim! Que pergunta mais sem cabimento, essa aí!”

Sim é uma resposta boa e direta. Mas respostas boas e diretas têm seus riscos. Encerrando muito depressa a questão, podem anular dúvidas interessantes. Tratemos, então, para aprofundar a ideia e examinar os conteúdos subjacentes à própria pergunta, evidenciando o que nela é opaco, porque óbvio.

Nesse processo, encontramos três outras perguntas:

- Que é leitor?
- Que é formação do leitor?
- Que é biblioteca escolar?

Respondê-las, sem afoiteza, pode ser um bom caminho para alcançar uma resposta mais cuidada da primeira pergunta.

O LEITOR E SEUS SENTIDOS

Há muitas formas de compreender a expressão *ser leitor*, dependendo da perspectiva que se oferece à pergunta, mas uma definição primeira, da qual não se pode escapar, é a de que leitor seria aquele que sabe ler e que lê com certa frequência para estudar, para informar-se, para conhecer, experimentar vida, fazer coisas...

Isso não basta. Ser leitor parece significar algo diferente de simplesmente saber ler e ler para dar conta de coisas práticas da vida diária (placas, cartazes, instruções, contas, folhetos, informativos, etc.): significa ler livros!

Por exemplo, o documento *Retratos da Leitura no Brasil*, cuja intenção é a de captar com bastante detalhe o comportamento leitor do brasileiro, define leitor como aquela pessoa que “lê pelo menos um livro inteiro a cada três meses”²⁶. É uma definição pragmática, que não leva em conta nenhum critério de valor (o tipo ou a qualidade do livro) nem o nível de alfabetismo; mas serve para mostrar o que se costuma pensar quando se pensa em leitor: alguém que lê, com regularidade, livros inteiros!

De fato, o senso comum e a ideia corrente em meios pedagógicos são o de que *ser leitor* significa algo mais; signifi-

ca ter uma atitude diante das coisas do mundo: o leitor não é leitor porque pode ler (ainda que isso seja uma condição *sine qua non*). Ele, numa perspectiva positiva, se constituiria como tal quando, além da mecânica do texto, fizesse sua “leitura do mundo”, para usar a consagrada expressão de Paulo Freire²⁷.

Leitura do mundo: aí está uma ideia interessante, porque amplia e dá sentido à noção de leitor. Mas é uma ideia que precisa ser usada com cuidado, para que não se incorra no erro de supor que ler corresponde a qualquer ação intelectual. Ao propor o conceito de leitura do mundo, Freire refletia sobre uma questão específica: a importância de ensinar a ler. Seu argumento, baseado na concepção de uma pedagogia participativa e dialógica, tratava de relacionar a aprendizagem da palavra escrita com as maneiras como as pessoas estão e se veem e atuam no

.....
26 **Retratos da Leitura no Brasil**, 3ª edição, 2011, p. 47. São Paulo: Instituto Pró-livro.

.....
27 FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler – em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez. 1984.

mundo, bem como com os processos pelos quais se realiza a educação de adultos.

Recusando a educação instrumental de caráter autoritário e denunciando o jogo de dominação e alienação próprio da educação bancária, Freire intentou vincular, de forma estrita, aprender a escrever com a atitude do educando quando se reconhece como pessoa política, fenomenológica e epistemológica: a razão de aprender a escrever estava na possibilidade de cada pessoa, e do coletivo a que ela pertence, dizer aquilo que era e, ainda, de projetar o futuro, intervindo na sociedade e modificando as formas de poder ser.

A leitura do mundo significa, portanto, um modo de percepção e de (re) conhecimento e da “vida-vivida” (a expressão é de Freire²⁸), no que se incluem desde as experiências subjetivas íntimas até as relações histórico-sociais

complexas. A consciência delas aparece como condição para que a aprendizagem dos conhecimentos formais seja instrumento de participação e de transformação da ordem social. Em palavras diretas, só tem sentido aprender a leitura do texto se for para ampliar as formas de perceber o mundo e perceber-se nele.

Como já expliquei em outros lugares, a “leitura de mundo” não é a leitura no sentido de realização de uma interação com texto (escrito); é uma metáfora que valoriza o gesto interpretante e significante do sujeito diante do mundo. Como, ao ler, trabalhamos com sentidos e valores estabelecidos no texto, o valor da leitura manifesta na ação criativa e propositiva que, considerando aquilo que somos e sabemos, toma o texto como um enunciado a ser considerado e não como um dado em si.

Por essa linha de pensamento, podemos considerar que o que se deseja é que a pessoa adquira “o hábito de ler”,

.....
28 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

entendido como o gesto deliberado de tomar, com relativa frequência, determinados tipos de textos para ler, assim como incorporar competências, estratégias e referências que lhe habilitem a produção de sentido a partir do ato leitor.

É pertinente observar que, quando a pessoa se põe a ler, isso pode se dar tanto por movimento espontâneo, devido a um desejo pessoal, como por uma obrigação, em função de um compromisso – de trabalho, de estudo, de participação em uma esfera social. E ambas as possibilidades são significativas. É um equívoco grave imaginar que a leitura que resulta do gesto voluntário é mais legítima ou criativa. Ao contrário, podem-se criar e realizar muitas coisas em situações em que o leitor não tem o que escolher, assim como em muitas situações a leitura descompromissada não implica criação, descoberta ou aprendizagem. O que interessa é que a pessoa, quando se põe a ler, saiba o que e por que faz, sendo senhora da ação intelectual.

Cabe perguntar, para que o óbvio não permaneça escondido, por que valorizar esse hábito (prática, costume). A resposta, ainda óbvia, é a de que a leitura frequente permite situações positivas de ampliação da subjetividade e da capacidade de agir com propriedade na sociedade. Seria, portanto, um hábito humanizador. É certo que há, especialmente na sociedade moderna tecnológica, outras possibilidades de realização desse processo. A convivência com pessoas de diferentes formações e a interação com produtos diversos da cultura em ambientes em que circulam informações, compreensões e representações no mundo e da vida, assim como a audiência do rádio e da TV e a utilização de mídias eletrônicas, também possibilitam o alargamento dos horizontes intelectuais e culturais. Contudo, essas possibilidades parecem não ter a mesma densidade formativa e, quando têm, isso pressupõe um modelo de intelectualidade que desemboca, de alguma forma, na leitura frequente.

A especificidade da leitura está na condensação de conteúdos, na atitude reflexiva e introspectiva do exame de si e das coisas com que se interage, no autocontrole da ação intelectual. E, vale a pena repetir, na inclusão do sujeito num determinado “modo de cultura” e na disseminação de hábitos, práticas e formas de cultura mais densas e elaboradas. Nesse sentido, leitura passa a ser entendida como prática social circunstanciada, favorecendo o alargamento do espírito e das possibilidades de atuação e intervenção na sociedade.

Disso se infere que ensinar a leitura é valorizar uma forma de pertencimento crítico ao mundo. Um valor, portanto. Um valor que carrega um princípio de humanidade e que implica, mais que o simples hábito, uma atitude.

A EDUCAÇÃO DO LEITOR – RAZÕES E PERSPECTIVAS

Trocamos formação do leitor por educação do leitor. Por que isso? Há algum problema com a formação?

Não, não nada de errado com formação – é o termo mais comumente usado e comporta a ideia de um processo pelo qual a pessoa vai conhecendo a si e o mundo, por meio da experiência²⁹, conquistando liberdade, autonomia e capacidade de crítica.

A razão da mudança foi reforçar a importância do trabalho sistemático da

.....
29 Experiência entendida como “a continuidade da consciência em que perdura o ainda não existente e em que o exercício e a associação fundamentam uma tradição no indivíduo”. ADORNO, Theodor. Teoria da semicultura. In **Primeira Versão**. Ano IV, n. 191, Volume XIII, Maio/Agosto, Porto Velho, 2005, p. 16. (Edição original de 1972)

escola no processo de formação. Isso porque, formação do leitor, no âmbito da educação escolar, corresponde aos processos pedagógicos que fazem com que o aluno alcance a condição de leitor, isto é, que seja alguém que realize as atividades que caracterizam o leitor. Isso compreende não apenas aprender o sistema da escrita, mas também, e principalmente, incorporar um conjunto de atitudes e de referenciais que tornem pertinente o ato de ler: entender o conteúdo de um texto em seu sentido, compará-lo com outros elementos, realizar associações, tirar conclusões.

Tal perspectiva corre o risco de nulidade, se se perde a dimensão de que o pertencimento ao mundo é tenso e conflituoso e que a ordem social é marcada pela desigualdade e pela disputa de valores e de fazeres políticos. Somente no momento em que se reconhece e se vive o conflito é que, em alguma medida, a experiência de ler ganha dimensão humanizadora.

O simples hábito de ler de forma descomprometida, sem a indagação do sentido das coisas, numa situação em que a pessoa é levada pelas circunstâncias e motivada por interesses pragmáticos – o lazer ou a tarefa –, pode se caracterizar como alienação. O que é alienado é automatizado, é feito mecanicamente, sem consciência e domínio dos processos de significação e, portanto, sem capacidade de ampliação de horizontes. A pessoa não tem o controle nem da atitude nem das coisas nela implicadas; não compreende o alcance e as consequências dos fatos e dos gestos que comete.

A compreensão equivocada da dimensão formativa também se manifesta quando se sustenta que os sentidos de um texto são ilimitados e que é o leitor quem dá sentido à leitura ou quando se garante peremptoriamente que escolhas do leitor são sempre legítimas. Vamos examinar de perto essas ideias.

Quanto aos sentidos ilimitados do texto, o equívoco está em, ao perceber que a recepção do texto passa pelas formas de ser do leitor e que cada um tem reações relativamente diferentes, passa-se a dizer que é o leitor quem dá sentido ao texto.

Marina Colasanti, tratando do tema numa perspectiva que aparentemente coincide com a acima enunciada, observa que, não obstante

Todo livro oferece uma leitura que podemos chamar 'central', igual para todos os leitores. [...] Nos livros de literatura, porém, a leitura 'central' não é a mais importante. O que dá valor ao livro literário é o conteúdo filosófico, a análise de mundo, o estudo da alma humana que, muitas vezes, não estão explicitados na história, mas estão por ela contidos. É a leitura do não dito. Abre-se com ela, para o leitor, a possibilidade de uma leitura individual, paralela àquela coletiva, mas conduzida por suas necessidades interiores e pelo momento que ele atravessa.³⁰

A escritora, generosamente, pensa em seus leitores e reconhece em cada um uma história, um sentimento, um modo

.....
30 COLASANTI, Marina. Múltiplas leituras, múltiplos saberes. **Notícias** 4, abr 2014. FNLIJ, p. 06.

de ser e, assim, encontra o espaço da experiência única da leitura literária; ela reconhece, inclusive, que essa unicidade é tal que sequer para a mesma pessoa uma leitura se repete.

Contudo, vê-se obrigada a advertir, quando comenta a possibilidade de se oferecer qualquer fim para qualquer história, que “Em um bom conto, porém, assim como em um bom romance, o final começa a ser estruturado desde o começo e, se modificado, torna necessário alterar toda a estrutura narrativa”, e que “a leitura é múltipla e ao mesmo tempo individual, mas não pode fugir à coerência”³¹.

O que se depreende desse argumento é de que o texto, a história, é um e que, no espaço por ele desenhado – espaço aberto, mas circunstanciado –, é que se move o leitor, projetando suas fantasias e angústias, medos e desejos, identidades e negações.

.....
31 COLASANTI, Marina. Op. cit., p. 07.

Também Umberto Eco, advertindo quanto aos limites de intervenção em uma obra, sustenta o mesmo ponto de vista. Escreve ele: “as obras literárias convidam à liberdade de interpretação porque propõem um discurso com muitos planos de leitura, defrontando-nos com a ambiguidade da linguagem e da vida. Mas, para poder intervir nesse jogo, em que cada geração lê as obras literárias de um modo diferente, é preciso ter profundo respeito por aquilo que chamo a intenção do texto”³².

Sírio Possenti, por sua vez, ao sustentar que existem leituras erradas, observa que o sentido (do texto, da língua) é histórico e que as leituras de cada um ganham força se se estabelecem como possibilidade interpretativa – caso contrário, simplesmente desaparecem. A questão, diz ele, não está em definir não o que o texto significa, mas sim em perceber por

que é lido de determinada maneira – ou seja: em que condições um leitor leu como leu, em que medida projetou sobre o texto o que já pensava, em que medida o texto o afetou? O leitor lê o que é possível para ele ler – e não porque ele é mais ou menos competente, mas porque tem uma certa ideologia³³.

Dito isso, passamos à escolha.

O ser humano é histórico, e não biológico. Cada indivíduo é a realização de uma singularidade irreduzível que se faz na experiência íntima do corpo na dimensão histórica, a um tempo particular e geral. A escolha será, assim, sempre sobredeterminada por fatores históricos, sociais e culturais de diversas dimensões, nunca sendo simplesmente “livre”. O gosto não é a manifestação de determinações biológicas ou genéticas, nem é fruto de uma aprendizagem autodirigida e imanente.

.....
32 ECO, Umberto. **A literatura contra o efêmero**. Folha de S. Paulo, Caderno Mais, de 18/2/2001.

.....
33 POSSENTI, Sírio. A leitura errada existe – entrevista a Marildes Marinho. **Presença Pedagógica**, v. 7, n. 40, jul./ago. 2001. p. 10.

Aquilo que entendemos por gosto e que significa um sentimento de satisfação, de realização ou de prazer com alguma coisa – o que faz com que desejemos essa coisa – é algo que se aprende, espontânea ou orientadamente (de verdade, pelos dois modos); e, se é aprendido, pode mudar, abrir-se, diversificar-se. Por isso, o gosto se critica, se renova! Gosto não é lei nem valor por si só.

É claro que essa é uma questão delicada, uma vez que ninguém tem a verdade do gosto. Toda escolha – bem como as avaliações que sempre se fazem dela – é um processo conflituoso, com múltiplas dimensões. Mas é certo que, na sociedade massificada, quando há restrições fortíssimas de acesso à cultura e à educação e de experiência (no sentido forte da palavra), a afirmação pura e simples da legitimidade do gosto espontâneo pode ser pura submissão à ordem da produção cultural alienada e alienante.

O mesmo raciocínio se aplica ao conceito de autonomia. Se a entende-

mos como a capacidade da pessoa de se autogovernar, de se autodeterminar segundo uma moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno, como se costuma dizer nos tratados de filosofia, então havemos de reconhecer que ela não é algo que se decreta pela vontade nem existe como ponto de partida: a autonomia se realiza na medida em que o sujeito se apropria das formas de ser e de fazer no mundo e, reconhecendo-se como sujeito de direito, reivindica para si o poder de tomar as decisões relativas à sua vida; assim, fatores estranhos ou exógenos desconhecidos da pessoa podem ser fundamentais em suas decisões, as quais, nesse sentido, não são propriamente autônomas.

A autonomia se realiza com conhecimento, discernimento e análise da situação – e essas são coisas que se aprendem. Mais: se a autonomia supõe o discernimento e a compreensão dos processos envolvidos, é imperativo reconhecer que ela se apresenta não como

um parâmetro do tipo sim ou não, mas sim com uma medida relativa, com base na experiência e nas dimensões estruturantes da ordem social.

Disso resulta que o leitor autônomo não é aquele que lê conforme seus desejos, opções, interesses (os desejos, opções e interesses podem resultar da ação de fatores exógenos), mas aquele que dispõe de possibilidades de conhecer e controlar esses fatores. Parafraseando Sartre, há que reconhecer que, do mesmo modo que a liberdade, a autonomia não é, ela se conquista numa situação histórica³⁴.

O desafio pedagógico está, precisamente, em respeitando e reconhecendo o gosto conhecido (admitindo, portanto, sua leitura de mundo) estimular a autonomia (recusando o autoritarismo da referência absoluta), sem perder a dimensão política da formação do leitor. Ao propor uma leitura aos alunos, o professor deve considerar seu

potencial de transcendência, de instigação de novas experiências e reflexões.

Inevitável, contudo, é viver a contradição: estimular a livre escolha é necessário para quem investe na autonomia, mas tampouco é a totalidade e não se faz sem contradições. Certamente, errado é dizer que aquilo que o leitor escolhe, porque é escolha dele, é bom e basta. A leitura crítica não se submete ao mimetismo do imediato, devolvendo a cada um o que já lhe é conhecido: ela precisa buscar um diferencial – a potencialidade de abrigar o conhecimento humano.

.....
34 SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** São Paulo: Ática, 1984.

A BIBLIOTECA NA FORMAÇÃO DO LEITOR

A biblioteca é lugar de livros. Lugar em que se reúnem livros, organizados segundo critérios de classificação, dentre os quais se destacam, mais frequentemente, o tema e o autor. O leitor, em função de suas necessidades e interesses, encontra lá textos para ler, fazer pesquisas e consultas, estudar. “Biblioteca (séc. XVII): edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local ou levar de empréstimo para devolução posterior”.³⁵

.....

³⁵ **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Editora Positivo, 2004. Verbetes “Biblioteca” – acepção 2.

Na nossa imaginação, a biblioteca é mais que isso: é um lugar grande, sombrio, com paredes de estantes de madeira cobertas de livros até o teto e um recinto com mesas de estudo, em que reina o silêncio. Espera-se do consulente atitude adequada ao ambiente e à atividade: compenetração e sisudez.

Os tempos mudaram. Multiplicaram-se as produções intelectuais e os impressos em tal quantidade que já não há como imaginar uma biblioteca total, uma biblioteca que reunisse toda a produção intelectual humana – a grande ‘biblioteca de babel’ de Borges.

A biblioteca moderna se organiza de muitas formas, em função de sua finalidade, do lugar que ocupa, do público a que pretende atender. Mas, de todo modo, continua sendo o lugar de encontrar conhecimento em textos escritos e, pela leitura, fazer indagações sobre as coisas da vida, sobre o mundo. E, quanto mais a biblioteca prover o tipo de leitura que

importa a seus usuários e organizar-se em função disso, mais apropriada será. E, quanto mais propositiva for, antecipando-se ao leitor e ampliando suas possibilidades, mais formativa será.

No caso da biblioteca escolar, não pode ser diferente: ela existe porque a escola existe, e a escola existe porque existem crianças, jovens e adultos para ensinar e aprender. A escola é o lugar de aprender, e de aprender coisas muitas e diferentes daquelas que é possível aprender fora da escola – coisas para a vida e o trabalho, para conhecer e participar. (Isso não quer dizer que a biblioteca escolar deva ser lugar de sofrimento e isolamento, de treino e repetição; ao contrário, aprendemos criando vínculos, produzindo identidades e reconhecimentos, indagando, criticando, criando).

A biblioteca escolar deve funcionar como espaço privilegiado de formação – entendida como “o contínuo movimento de apropriação das objetivações humanas

produzidas ao longo da história”³⁶. O bibliotecário a organizará de tal jeito que os estudantes, sob a orientação e com a participação de seus professores, encontrem aí possibilidades de estudo, de pesquisa, de descoberta, de questionamento dos temas e conteúdos que estão aprendendo.

Contudo, isso não depende apenas da simples organização da biblioteca, de sua atualidade ou da dimensão do acervo – por melhor que isso seja. Depende, principalmente, de como se se realiza a educação escolar. A cultura escolar tem, tradicionalmente, um perfil disciplinar, que se sustenta em um conjunto de conteúdos fixos, o que tem sido um dos aspectos que mais dificulta o avanço da reflexão pedagógica na educação. Esse modelo de escola cumpre funções sociais definidas e é ideologicamente sustentado. Na prática convencional, tais conteúdos, apesar de se vincularem a campos

.....

36 SAVIANI, Dermeval; Duarte, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 432.

importantes do conhecimento, tornaram-se informações fragmentadas para serem fixadas na memória, perdendo a referencialidade e o sentido formativo que deviam ter.

Para se contrapor a esse modelo, propostas de organização de biblioteca originárias de projeto de promoção de leitura têm insistido que ela seja um lugar de leitura e desimpedida, ao contrário da leitura obrigatória e enfadonha da atividade escolar regular (novamente aqui se reproduz a fantasia pedagógica de que o aluno não gosta de ler porque leituras escolares seriam desagradáveis e impostas e que tudo se resolveria com uma pedagogia que valorize seus gostos e interesses e a livre escolha). Nada mais enganoso; essa biblioteca não apenas não estimula a formação como, pior, em nada contribui para a mudança dos modelos rígidos de educação.

Se não se quer que a biblioteca (e a escola) seja o lugar de submissão ao

autoritarismo, tampouco se deseja que ela seja o lugar da mesmice cotidiana, da repetição do óbvio. Para desmontar a armadilha, é preciso propugnar para que as atividades escolares – nas salas de aula e na biblioteca – se organizem com base em questões que provoquem a crítica à realidade e uma relação criativa com o conhecimento, buscando o diálogo entre o saber sensível-prático (aquilo que as pessoas trazem de sua experiência imediata) e o patrimônio científico produzido pela humanidade.

Esse caminho se trilha com atividades de estudo e de experimentação estética, com projetos sistemáticos de leitura de textos, grupos de pesquisa, clubes de leitores, sessões de leitura pública, espaços de estudo individual, com roteiros e bibliografias sugeridos pelos professores. É nessa perspectiva que a biblioteca escolar, ao mesmo tempo passa a ser contraponto ao ensino enfadonho e se torna experiência e de acesso ao conhecimento.

AUTOR

Doutor em Linguística e professor da Universidade Federal do Oeste do Pará, Luiz Percival Leme Britto atua na área de Educação e Linguagem como pesquisador, professor e formador de professores; coordena o Lelit – Grupo de pesquisa e intervenção em leitura, escrita e escola – e o Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa – PNAIC / Oeste do Pará. É membro do Movimento por um Brasil literário e votante do prêmio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Entre suas publicações destacam-se *A sombra do caos – ensino de língua x tradição gramatical* (1997), *Contra o consenso – cultura escrita, educação e participação* (2003) e *Inquietudes e desacordos: a leitura além do óbvio* (2012), todos pela Editora Mercado de Letras, e *Ao revés do avesso: leitura e formação*, pela Editora Pulo do Gato.

"SE É UM PROJETO LITERÁRIO É TAMBÉM UMA AÇÃO
POLÍTICA POR SONHAR UM PAÍS MAIS DIGNO."

*BARTOLOMEU CAMPOS DE QUEIRÓS EM
MANIFESTO POR UM BRASIL LITERÁRIO*

O Movimento por um Brasil literário é fruto de um encontro de pessoas e instituições historicamente engajadas com a promoção da leitura, que sonham e planejam fazer do País uma sociedade leitora. O MBL parte do princípio de que a leitura literária é um direito de todos.

Desde seu início, o Movimento conta com o apoio financeiro do Instituto C&A para desenvolver suas ações, e com assessoria jurídica *pro bono* do escritório *Szazi Bechara Storto Advogados*. Composto por pessoas e organizações com propósitos e desejos semelhantes e com experiências complementares, o MBL comporta a diversidade, o que o enriquece. Congrega especialistas e instituições cuja adesão à causa, pela sua legitimidade, promove diálogos e união pelo fortalecimento do Movimento e suas ações. Com intenção de abrangência nacional, acontece, concomitantemente, em diferentes regiões do Brasil, com adesões espontâneas.

O MBL participa de feiras literárias, seminários, debates e palestras. Seus representantes e – integrantes voluntários da ação – falam em nome do Movimento, abordando temáticas e indagações pertinentes à causa, como bibliotecas, promoção de leitura, formação de leitores, além do direito à literatura, à leitura, à escrita e à cultura literária. Entre 2009 e 2013, além de participar e de promover painéis e debates, realizou o documentário “A palavra conta”, dirigido por Duto Sperry, enviando-o para todas as secretarias municipais de educação do País; também disseminou seu convite à formação de leitores críticos por meio de vinhetas veiculadas na televisão, em horário especial, na Rede Globo. Realizou uma pesquisa para diagnóstico e avaliação da cobertura da imprensa sobre literatura em 2011. *Um desafio permanente é ampliar a base de instituições e empresas que contribuam com a sustentação financeira do Movimento.*

Em 2015 realiza o 1º Seminário Brasil Literário, no Rio de Janeiro, com o tema “*Que é isso que a literatura – e só ela – tem a oferecer que nos põe em movimento?*” e lança seu primeiro livro, do projeto Edições Brasil literário: “*No Lugar da leitura – biblioteca e formação*”, de Luiz Percival Leme Britto.

Conta atualmente com 25 Núcleos de Literatura MBL que, aos poucos, vão se constituindo pelo País (e um em Bruxelas, na Bélgica), *com o lema de ler, levar a ler e defender o direito de ler literatura.* Atuando fortemente também pelas redes sociais, conta hoje com milhares de seguidores no Facebook e no Twitter.

O Movimento por um Brasil literário nasceu por ideia e sugestão de **Áurea de Alencar** (à época atuava como gerente de educação, arte e cultura do Instituto C&A), que, reconhecendo o compromisso dos parceiros do Instituto, apresentou primeiramente para **Elizabeth D’Angelo Serra** (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ). Em seguida para **Cristina Maseda**

e **Gabriela Gibrail** (Associação Casa Azul/Flip) e para **Maria Aparecida Arias Fernandez** (Centro de Cultura Luiz Freire). Por sugestão de Elizabeth Serra foram convidados **Christine Fontelles** (Instituto Ecofuturo) e **Bartolomeu Campos de Queirós**. Foi Bartolomeu quem escreveu o documento fundante do MBL em 2009: o Manifesto por um Brasil literário. Nos anos seguintes, novos parceiros foram conquistados: a Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil (AEILIJ); a Associação de Leitura do Brasil – ALB; o Canal Futura; o Centro Educacional Anísio Teixeira – CEAT; o Instituto de Desenvolvimento da Educação – IDE; o SESC Nacional. Em 2014, Secretaria de Cultura do Estado do RJ. Em 2015, a Fundação SM e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE.

Assim, acadêmicos, bibliotecários, professores, alunos, líderes comunitários, autores, amantes da literatura em geral, especialistas, gestores de projetos sociais, educadores compõem este mosaico de instituições, parceiros e quase 10 mil pessoas mobilizadas pela causa da leitura literária, que aderiram ao Manifesto por um Brasil literário pelo *site* www.brasilliterario.org.br

Rio de Janeiro, outubro de 2015.

MANIFESTO POR UM BRASIL LITERÁRIO

ESCRITO POR BARTOLOMEU CAMPOS DE QUEIRÓS EM 2009

O Movimento por um Brasil literário manifesta sua intenção de concorrer para fazer do País uma sociedade leitora. Reconhecemos como princípio o direito de todos de participarem da produção também literária. No mundo atual, considera-se a alfabetização como um bem e um direito. Isto se deve ao fato de que com a industrialização as profissões exigem que o trabalhador saiba ler. No passado, os ofícios e ocupações eram transmitidos de pai para filho, sem interferência da escola.

Alfabetizar-se, saber ler e escrever tornaram-se hoje condições imprescindíveis à profissionalização e ao emprego. A escola é um espaço necessário para instrumentalizar o sujeito e facilitar seu ingresso no trabalho. Mas pelo avanço das ciências humanas compreende-se como inerente aos homens e mulheres a necessidade de manifestar e dar corpo às suas capacidades inventivas. Por outro lado, existe um uso não tão pragmático de escrita e leitura. Numa época em que a oralidade perdeu, em parte, sua força, já não nos postamos diante de narrativas que falavam através da ficção de conteúdos sapienciais, éticos, imaginativos.

É no mundo possível da ficção que o homem se encontra realmente livre para pensar, configurar alternativas, deixar agir a fantasia. Na literatura que, liberto do agir prático e da necessidade, o sujeito viaja por outro mundo possível. Sem preconceitos em sua construção, daí sua possibilidade intrínseca de inclusão, a literatura nos acolhe sem ignorar nossa incompletude.

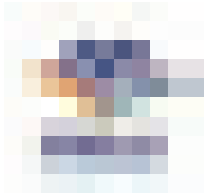
É o que a literatura oferece e abre a todo aquele que deseja entregar-se à fantasia. Democratiza-se assim o poder de criar, imaginar, recriar, romper o limite do provável. Sua fundação reflexiva possibilita ao leitor dobrar-se sobre si mesmo e estabelecer uma prosa entre o real e o idealizado.

A leitura literária é um direito de todos e que ainda não está escrito. O sujeito anseia por conhecimentos e possui a necessidade de estender suas intuições criadoras aos espaços em que convive. Compreendendo a literatura como capaz de abrir um diálogo subjetivo entre o leitor e a obra, entre o vivido e o sonhado, entre o conhecido e o ainda por conhecer; considerando que este diálogo das diferenças, inerente à literatura, nos confirma como redes de relações; reconhecendo que a maleabilidade do pensamento concorre para a construção de novos desafios para a sociedade; afirmando que a literatura, pela sua configuração, acolhe a todos e concorre para o exercício de um pensamento crítico, ágil e inventivo; compreendendo que a metáfora literária abriga as experiências do leitor e não ignora suas singularidades.

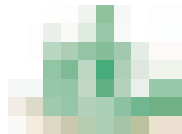
Outorgando a si mesmo o privilégio de idealizar outro cotidiano em liberdade, e movido pela intimidade maior de sua fantasia, um conhecimento mais amplo e diverso do mundo ganha corpo, e se instala no desejo dos homens e mulheres promovendo os indivíduos a sujeitos e responsáveis pela sua própria humanidade. De consumidores passa-se a investidores na arte-sania do mundo. Por ser assim, persegue-se uma sociedade em que a qualidade da existência humana é buscada como um bem inalienável.

Liberdade, espontaneidade, afetividade e fantasia são elementos que fundam a infância. Tais substâncias são também pertinentes à construção literária. Daí, a literatura ser próxima da criança. Possibilitar aos mais jovens acesso ao texto literário é garantir a presença de tais elementos, que inauguram a vida, como essenciais para o seu crescimento. Nesse sentido é indispensável a presença da literatura em todos os espaços por onde circula a infância. Todas as atividades que têm a literatura como objeto central serão promovidas para fazer do País uma sociedade leitora. O apoio de todos que assim compreendem a função literária, a proposição é indispensável. Se é um projeto literário é também uma ação política por sonhar um País mais digno.

PARCEIROS MOVIMENTO POR UM BRASIL LITERÁRIO



Instituto C&A 25 anos



SOMANDO FORÇAS

SECRETARIA
DE CULTURA



COMPROMISSO COM



ASSESSORIA JURÍDICA PRO BONO



FAÇA SUA ADESÃO. ASSINE O MANIFESTO
POR UM BRASIL LITERÁRIO NO NOSSO SITE.

 WWW.BRASILLITERARIO.ORG.BR

 FACEBOOK.COM/BRASILLITERARIO

 TWITTER.COM/BRASILLITERARIO

movimento por um Brasil literário

m **B**^{*i*}*rasil*
lit